


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE

 Gabinete 05 – 2º andar
 Telefones: 3348-8000/8057

MOÇÃO MOÇ 570 /2016

Em, 06/12/16

Do Senhor Deputado Wasny de Roure

Secretária Legislativa

**Manifesta Moção de Pesar e Solidariedade à família
 do Ex-Senador Lindbergh Aziz Cury, pelo seu falecimento.**

Senhor Presidente, da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação de Moção de Pesar e Solidariedade pelo falecimento do Ex-Senador Lindbergh Aziz Cury ocorrido em 02 de dezembro de 2016.

JUSTIFICAÇÃO

O ex-senador e pioneiro de Brasília Lindbergh Aziz Cury morreu na tarde do dia 02 de dezembro, aos 82 anos, vítima de parada cardíaca no hospital Santa Helena.

Lindbergh Aziz Cury nasceu em Anápolis – GO, no dia 01 de outubro de 1934, mudou-se para Brasília em 1959 depois de terminar seu curso de direito em Goiânia. Criou a revendedora de veículos Planalto Automóveis, localizada na W-3 Norte e atuou como presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Automóveis. Como senador trabalhou pela criação do Fundo Constitucional para o Distrito Federal, hoje fundamental fonte de renda para garantir o funcionamento do GDF. Era Presidente Conselho Superior da Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF, atividade que exercia antes da sua morte. Foi casado com a senhora Marta Bittar Cury, com quem teve quatro filhos e oito netos.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal reconhece os relevantes serviços prestados pelo senador, empresário e presidente do Conselho Superior da ACDF, desenvolvendo sua missão com dedicação e competência. Seu exemplo fica como legado não só para a nossa cidade, mas para o país.

Em reconhecimento ao papel desenvolvido como senador e cidadão, conclamo esta Casa a prestar a justa homenagem póstuma a esse guerreiro que deixa nos anais da história o registro do seu nome:

Sala de Sessões, de dezembro de 2016.



Deputado Wasny de Roure – PT

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP 70094-902 – Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8000 – ZOP

www.cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO WASNY DE ROURE
Gabinete 05 - 2º andar
Telefones: 3348-8050/ 8052



MOÇÃO

MOÇ 571 /2016

L I D O

Do Senhor Deputado Wasny de Roure

Em, 06/12/16

Secretaria Legislativa

Manifesta Moção de Louvor a estudante do Centro Educacional 3 de Brazlândia, Ana Karolina Amorim, por sua indicação para a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 144 do Regimento Interno desta Casa, proponho aos nobres pares a apresentação de Moção de Louvor a estudante Ana Karolina Amorim por sua indicação para a Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro.

JUSTIFICAÇÃO

A estudante Ana Karolina Amorim do 3º ano do Centro Educacional (CED) 3 de Brazlândia, é a única representante do Distrito Federal na categoria Artigo de opinião na etapa atual da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Chegaram à semifinal, 125 alunos, incluindo oito participantes da capital federal, mas após mais seletivas, Ana Karolina é a única brasiliense entre os 38 estudantes ainda na disputa. A final vai ocorrer em 12 e 13 de dezembro, em Brasília. O tema escolhido para este ano foi "O lugar onde vivo", que incentiva os alunos a estreitarem laços com a comunidade e aprofundarem o conhecimento sobre a realidade contribuindo para o desenvolvimento da cidadania. O objeto do texto foi a cultura do estupro, tema bastante atual e de interesse social, especialmente para as mulheres, vítimas de abusos.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente moção.

Sala de Sessões, de dezembro de 2016.



Deputado Wasny de Roure - PT

Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Tel. (61) 3348-8000 - ALO

www.cl.df.gov.br



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL WELLINGTON LUIZ - PMDB



MOÇÃO Nº **MOÇ 572 /2016**
(Do Deputado Wellington Luiz)

L I D O
Em. 06/12/16
Secretaria Legislativa

Manifesta votos de louvor *in memoriam* ao
Senhor FRANCISCO RIBEIRO DE
MENDONÇA pelos relevantes serviços
prestados à comunidade do Distrito Federal.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA CÂMARA
LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 144 de seu Regimento Interno, apresenta Moção de Louvor *in memoriam* ao Senhor FRANCISCO RIBEIRO DE MENDONÇA, em reconhecimento à sua dedicação e aos serviços prestados à população de Brasília, em especial a Polícia Civil do Distrito Federal.

O Sr. FRANCISCO RIBEIRO DE MENDONÇA, carinhosamente conhecido como "Seu Chico", nasceu em 09 de setembro de 1938 em Nova Russas-CE. Pioneiro em Brasília, chegou em nossa cidade em 1960 quando já entrou para o serviço público do Distrito Federal, tendo trabalhado primeiramente na CEB/DASP. Em Brasília casou com a Senhora Maria Carneiro de Mendonça com quem teve quatro filhos. Entrou para o quadro de Apoio Administrativo da Polícia Civil do Distrito Federal no dia 22/07/1988 e, depois de 45 anos de serviço público, aposentou-se no dia 14/09/2005 quando prestava serviços no Instituto de Criminalística, vindo a falecer nessa capital no dia 22/12/2015.

Os familiares o descrevem como um esposo amoroso, um pai presente, um tio amigo e um avô carinhoso, estando sempre presente nos momentos alegres e difíceis da família.



> SETAS - 000203 <

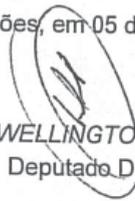
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO DEPUTADO DISTRITAL WELLINGTON LUIZ - PMDB

Os colegas de serviço o qualificam como uma pessoa responsável, dedicada, atenciosa e honesta, mais principalmente como um grande amigo, com quem sempre podiam contar.

Pelo seu pioneirismo em Brasília, pelos 45 anos de serviço público prestados ao Governo do Distrito Federal, 18 deles dedicados a Polícia Civil do Distrito Federal, FRANCISCO RIBEIRO DE MENDONÇA faz por merecer a presente moção de louvor *in memoriam*, que ora apresento com muita honra.

Pela relevância da matéria, conclamo os nobres Deputados no sentido de aprovarmos a presente proposição.

Sala das Sessões, em 05 de dezembro de 2016.



WELLINGTON LUIZ
Deputado Distrital



> ATAS - 000204 <

C.M., 11/12/16

Secretaria Legislativa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Deputado Claudio Abrantes REDE/DF

REQUERIMENTO Nº RQ 2220 /2016
(Do Senhor Deputado Claudio Abrantes)

Em 11/12/16

Secretaria Legislativa

Requer a retirada e o arquivamento do PL 1331 /2016, que "Altera a Lei número 1176/2016, vinculada a expedição de alvará de construção de empreendimentos habitacionais à apresentação concomitante ao projeto de arquitetura, de plano de arborização e paisagismo das áreas a serem construídas e a emissão de carta de habite-se à execução do plano de arborização e paisagismo e dá outras providências".

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos do artigo 136, § 2º, primeira parte, do regimento, o recebimento e imediata retirada e arquivamento do PL 1331/2016, que "Altera a Lei número 1176/2016, vinculada a expedição de alvará de construção de empreendimentos habitacionais à apresentação concomitante ao projeto de arquitetura, de plano de arborização e paisagismo das áreas a serem construídas e a emissão de carta de habite-se à execução do plano de arborização e paisagismo e dá outras providências".

JUSTIFICAÇÃO:

A solicitação acima expressa deve-se ao fato da norma conter erro material.

Sala das Sessões em, de de 2016

Claudio Abrantes
 Deputado **CLAUDIO ABRANTES**
 REDE/DF

SECRETARIA LEGISLATIVA 01/12/2016 15:20



> SETAS - 000205 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**

REQUERIMENTO N.º RQ 2221 /2016
(Do Senhor Deputado DELMASSO)

Em. 06/12/16

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, sobre obras na Região Administrativa de Águas Claras.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, informações a respeito de obras de implantação e manutenção de redes de águas pluviais na região administrativa de Águas Claras.

JUSTIFICAÇÃO

Foi noticiado na imprensa local sobre o temporal que caiu na última quinta-feira dia 27/11 e causou muitos transtornos em várias regiões administrativas do Distrito Federal, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/clima-df/meteorologistas-alertam-para-chuva-e-ventos-fortes-no-df>.

<https://globoplay.globo.com/v/5478352/>.



> SETAS - 000206 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Dessa forma, solicito informações sobre obras de drenagem de águas pluviais na região Administrativa de Águas Claras, existe algum projeto em andamento de melhorias de captação de águas pluviais, qual prazo para iniciar obras de melhorias naquela região?

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....


- Deputado DELMASSO
PTN/DF



> SÉTIMA - 000207 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO PTN



REQUERIMENTO N.º RQ 2222 /2016

(Do Senhor Deputado DELMASSO)

L I D O

Em, 09.12.16

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, sobre obras em Santa Maria.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente no exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts.15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Diretor Presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, informações a respeito de obras de implantação e manutenção de redes de águas pluviais na região administrativa de Santa Maria.

JUSTIFICAÇÃO

Foi noticiado na imprensa local sobre o temporal que caiu na última quinta-feira dia 24/11 e causou muitos transtornos em várias regiões administrativas do Distrito Federal, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/clima-df/meteorologistas-alertam-para-chuva-e-ventos-fortes-no-df>.
<https://globoplay.globo.com/v/5479094/>.

Conforme reportagem os moradores de Santa Maria estão reclamando dos constantes alagamentos na avenida principal da cidade "avenida alagados", as últimas chuvas dos últimos dias as bocas de lobos não têm suportado a quantidade de água. ☺



> SETAS - 000200 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

Dessa forma, solicito informações sobre obras de drenagem de águas pluviais na região Administrativa de Santa Maria principalmente na avenida principal da cidade, existe algum projeto em andamento de melhorias de captação de águas pluviais, qual prazo para iniciar obras de melhorias naquela região?

Importante salientar ainda que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....



**Deputado DELMASSO
PTN/DF**



> SETAS - 000209 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DE MASSO - PTN**

REQUERIMENTO N.º RQ 2223 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO)

 06/12/16
 Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, sobre excesso de buracos nas vias de Ceilândia – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente em exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – NOVACAP, informações sobre o excesso de buracos nas vias da cidade de Ceilândia – DF.

JUSTIFICAÇÃO

Com advento das chuvas a situação das vias de tráfego de automóvel no Distrito Federal que já não é das melhores, piora consideravelmente. O surgimento de enormes buracos causa diversos acidentes e prejuízos aos motoristas que precisam se locomover pelas ruas e avenidas diuturnamente.

Na cidade de Ceilândia não é diferente e os moradores tem constantemente trazido à baila reclamações quanto aos prejuízos materiais e físicos por eles sofridos.



> BETAS - 000210 <

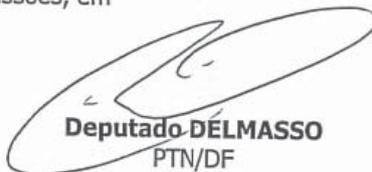
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

As ruas esburacadas e defeituosas vêm causando diversos problemas à comunidade, além de ser um serviço público essencial e necessário para a melhoria na qualidade de vida dos usuários das vias. A presença de ruas esburacadas traz um aspecto negativo para a cidade, podendo contribuir para acidente de tráfego e desgastes de veículos.

Dessa forma, solicito esclarecimentos à NOVACAP, quanto ao andamento da operação Tapa Buracos na cidade satélite de Ceilândia.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



Deputado DELMASSO
PTN/DF



> SETAS - 000212 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

As ruas esburacadas e defeituosas vêm causando diversos problemas à comunidade, além de ser um serviço público essencial e necessário para a melhoria na qualidade de vida dos usuários das vias. A presença de ruas esburacadas traz um aspecto negativo para a cidade, podendo contribuir para acidente de tráfego e desgastes de veículos.

Dessa forma, solicito esclarecimentos à NOVACAP, quanto ao andamento da operação Tapa Buracos na cidade satélite de Planaltina.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



Deputado DELMASSO
PTN/DF



> SETAS - 000213 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**



REQUERIMENTO N.º RQ 2225 /2016

L I D O

(Do Sr. Deputado DELMASSO)

Em, 06/12/16

Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, sobre excesso de buracos nas vias do Gama – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente em exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – NOVACAP, informações sobre o excesso de buracos nas vias da cidade do Gama – DF.

JUSTIFICAÇÃO

Com advento das chuvas a situação das vias de tráfego de automóvel no Distrito Federal que já não é das melhores, piora consideravelmente. O surgimento de enormes buracos causa diversos acidentes e prejuízos aos motoristas que precisam se locomover pelas ruas e avenidas diuturnamente.

Na cidade do Gama não é diferente e os moradores tem constantemente trazido à baila reclamações quanto aos prejuízos materiais e físicos por eles sofridos. ~



> SETAS - 000214 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

As ruas esburacadas e defeituosas vêm causando diversos problemas à comunidade, além de ser um serviço público essencial e necessário para a melhoria na qualidade de vida dos usuários das vias. A presença de ruas esburacadas traz um aspecto negativo para a cidade, podendo contribuir para acidente de tráfego e desgastes de veículos.

Dessa forma, solicito esclarecimentos à NOVACAP, quanto ao andamento da operação Tapa Buracos na cidade satélite do Gama.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em



Deputado DELMASSO
PTN/DF



> SETAS - 000215 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

**REQUERIMENTO N.º RQ 2226 /2016
(Do Sr. Deputado DELMASSO)**
L I D O
 Em. 06/12/16
 Secretaria Legislativa

Requer o encaminhamento de solicitação de informações à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, sobre excesso de buracos nas vias de Taguatinga – DF.

Excelentíssimo Senhor Vice Presidente em exercício da Presidência da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Presidente da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal – NOVACAP, informações sobre o excesso de buracos nas vias da cidade de Taguatinga – DF.

JUSTIFICAÇÃO

Com advento das chuvas a situação das vias de tráfego de automóvel no Distrito Federal que já não é das melhores, piora consideravelmente. O surgimento de enormes buracos causa diversos acidentes e prejuízos aos motoristas que precisam se locomover pelas ruas e avenidas diuturnamente.

Na cidade de Taguatinga não é diferente e os moradores tem constantemente trazido à baila reclamações quanto aos prejuízos materiais e físicos por eles sofridos. ☺



> SETAS - 000216 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO - PTN**

As ruas esburacadas e defeituosas vêm causando diversos problemas à comunidade, além de ser um serviço público essencial e necessário para a melhoria na qualidade de vida dos usuários das vias. A presença de ruas esburacadas traz um aspecto negativo para a cidade, podendo contribuir para acidente de tráfego e desgastes de veículos.

Dessa forma, solicito esclarecimentos à NOVACAP, quanto ao andamento da operação Tapa Buracos na cidade satélite de Taguatinga.

Ante o aventado, rogo, com esteio no art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares a fim de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em

Deputado DELMASSO
PTN/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)



Requerimento nº RQ 2227 /2016
(Do Sr. Deputado LIRA – PHS)

L I D O
Em, 06/12/16
Secretaria Legislativa

Requer o registro da FRENTE
PARLAMENTAR EM APOIO E
FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA
BRASILIENSE.

45127 notom

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requer o registro da "Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Advocacia Brasiliense".

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal declarou a advocacia como função essencial à Justiça. Sem uma advocacia forte, não há democracia nem Estado de Direito. Os advogados públicos são essenciais para assessorar os gestores públicos e defender os interesses de toda a coletividade. Por outro lado, os advogados particulares trabalham para coibir excessos do Poder Público e consolidar direitos fundamentais.

Pelo exposto, solicitamos o apoio dos demais Parlamentares para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, de de 2016.

LIRA

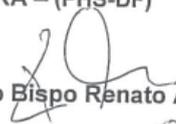
Presidente



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**

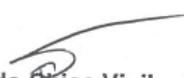


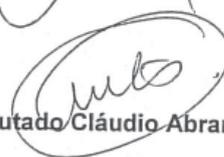
Deputado Agaciel Maia


Deputado Bispo Renato Andrade

Deputada Celina Leão


Deputado Chico Leite


Deputado Chico Vigilante


Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César

Deputada Liliane Roriz


Deputada Luzia de Paula

Deputado Professor Israel


Deputado Professor Reginaldo Veras

Deputado Rafael Prudente


Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros





**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



Deputado Rodrigo Delmasso

Deputada Sandra Faraj

Deputada Telma Rufino

Deputado Wasny de Roure

Deputado Wellington Luiz





> SETAG - 000220 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)



**FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA
BRASILIENSE**

ESTATUTO

TÍTULO I

Da denominação, sede, duração e objetivos

Art. 1º A FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE, doravante denominada neste Estatuto como **FRENTE**, é uma associação suprapartidária, sem fins lucrativos, que se rege pelo presente Estatuto e demais atos emanados dos poderes competentes.

Parágrafo Único – A **FRENTE** tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º A FRENTE tem por finalidades:

I- Estimular, defender e proteger os interesses da cidadania brasiliense por meio da valorização da advocacia do Distrito Federal;

II- Procurar, de modo contínuo, o aperfeiçoamento da legislação referente à advocacia, influenciando no processo legislativo a partir das comissões temáticas da Câmara Legislativa;

III- Acompanhar a política oficial de apoio à advocacia brasiliense, manifestando-se quanto aos aspectos mais importantes de sua aplicabilidade;

IV- Promover debates, simpósios, seminários e outros eventos pertinentes ao exame da política de desenvolvimento da advocacia, divulgando seus resultados;

V- Buscar melhorias nas condições de trabalho de advogados, bacharéis e estagiários de Direito;

VI- Servir, junto ao Poder Judiciário, como fonte de conhecimento em assuntos inusitados, inéditos, difíceis ou controversos, na qualidade de terceiro interessado, "amicus curiae" ou qualquer outra nomenclatura que possa ser adotada;



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



VII- Divulgar as atividades da Frente no âmbito do Parlamento e junto à sociedade;

VIII- Promover o intercâmbio com entes assemelhados de Parlamentos de outras unidades da Federação, visando o aperfeiçoamento recíproco das respectivas políticas públicas e oportunidades de cooperação para a área.

TÍTULO II

Do quadro associativo

Art. 3º Integram a FRENTE:

I – Todos os parlamentares da atual Legislatura que subscreverem o Termo de Adesão;

II – Pessoas, físicas ou jurídicas, relacionadas às finalidades da FRENTE que solicitem sua inscrição.

Parágrafo Único – A desfiliação se dará por solicitação expressa do demissionário à Diretoria.

TÍTULO III

Das Instâncias Administrativas

Art. 4º A FRENTE é composta pelos seguintes órgãos:

- I- Assembleia Geral;
- II- Diretoria.

Art. 5º Compete à Assembleia Geral:

- I – Deliberar sobre os planos de trabalho da FRENTE;
- II – Criar, estruturar e extinguir cargos e diretorias, de acordo com o plano de trabalho;



> ATAS - 000222 <

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**

III – Discutir e aprovar relatórios sobre a atuação da **FRENTE**, apresentados pela Diretoria;

IV – Eleger o Presidente e o Vice-presidente;

V – Destituir o Presidente e o Vice-presidente;

VI – Discutir e votar, em grau de recurso, as decisões da Diretoria;

VII - Estudar e aprovar a reforma do presente Estatuto.

Art. 6º A Assembleia Geral reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano, convocada pelo Presidente e, extraordinariamente, sempre que for necessário.

Art. 7º A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada pelo Presidente, pelo Vice-presidente, ou por 1/5 (um quinto) dos integrantes do quadro associativo para deliberar sobre assuntos de grande importância e relevante urgência.

Art. 8º A convocação de Assembleia se dá através da publicação de Edital, por qualquer meio apto a dar conhecimento do ato, com antecedência mínima de 7 (sete) dias.

Art. 9º A Diretoria é composta pelo Presidente, pelo Vice-presidente e pelos Diretores.

Parágrafo Único – Os cargos de direção não são remunerados.

Art. 10 Compete ao Presidente:

I - Administrar a **FRENTE**, cumprindo o Estatuto, as Resoluções e a legislação pertinente, visando à realização de seus fins e objetivos programáticos;

II – Ser responsável perante a Casa por todas as informações que prestar à Mesa;

III – Nomear e exonerar os Diretores;

IV – Representar a **FRENTE**;

V – Convocar a Assembleia Geral;

Praça Municipal, Quadra 02, Ed. Sede da CLDF, 2º Andar, Gab. Nº 06, Brasília-DF - CEP: 70094-902
Telefones: 55 (61) 3348-8062 / 3348-8064/ 3348-8065 / 3348- 8066 – Fax: 3348-8063
E-mail: lira.imperial@gmail.com / agendadeputadolira@gmail / Facebook: liranoticias / Twitter: @ivonildodilira



> SETAS - CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)



VI – Encaminhar os assuntos que devam ser submetidos à apreciação e deliberação da Assembleia Geral;

VII – Apresentar, anualmente, o relatório das atividades realizadas;

VIII – Expedir Resoluções que permitam a fiel execução deste Estatuto;

IX – Praticar quaisquer outros atos destinados à realização das atividades previstas neste Estatuto.

Parágrafo Único – É facultada ao Presidente a delegação de competências aos Diretores.

Art. 11 Cabe ao Vice-presidente assessorar o Presidente, substituí-lo em seus impedimentos, e sucedê-lo, no caso de vacância do cargo, pelo que sobejar do mandato.

Art. 12 Cabe aos Diretores:

I – Exercer a orientação, coordenação e supervisão do setor de sua competência;

II – Praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem delegadas pelo presidente.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 13 A reformulação deste Estatuto somente pode ser feita em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para este fim, e por decisão de 2/3 (dois terços) dos associados presentes.

Art. 14 A FRENTE somente poderá ser dissolvida mediante decisão de Assembleia Geral Extraordinária convocada para este fim, a qual deverá seguir os mesmos quóruns e procedimentos previstos para a reforma deste Estatuto Social.



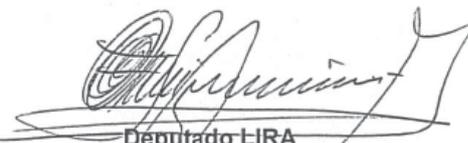
**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente “*ad referendum*” da Assembleia Geral.

Art. 16 Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, de de 2016



Deputado LIRA
Presidente

Deputado Agaciel Maia

Deputado Bispo Renato Andrade

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite

Deputado Chico Vigilante

Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



Deputada Liliâne Roriz

Deputada Lúzia de Paula

Deputado Professor Israel

Deputado Professor Reginaldo Veras

Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rodrigo Delmasso

Deputada Sandra Faraj

Deputada Telma Rufino

Deputado Wasny de Roure

Deputado Wellington Luiz



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)



ATA DA ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO DA FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE

Aos oito dias do mês de setembro de 2016, no gabinete do Deputado Lira, número 6, foi realizada Assembleia, com a seguinte ordem do dia: 1) Discutir e votar a fundação da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE; 2) Discutir e votar a aprovação do Estatuto; 3) Discutir e votar a eleição da Diretoria. Por indicação dos presentes, foi escolhido para presidir os trabalhos o Deputado Lira, que convidou Patricia Zapponi para secretariar a reunião. Composta a mesa, foram iniciadas as discussões em torno dos itens da pauta: **1) Discutir e votar a fundação da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE:** A Constituição Federal declarou a advocacia como função essencial à Justiça. Sem uma advocacia forte, não há democracia nem Estado de Direito. Os advogados públicos são essenciais para assessorar os gestores públicos e defender os interesses de toda a coletividade. Por outro lado, os advogados particulares trabalham para coibir excessos do Poder Público e consolidar direitos fundamentais. Diante disso, cabe ao Parlamento apoiar e fortalecer esse importante ramo de atividade. Assim, foi aprovada por unanimidade a fundação da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE. Terminado o tópico, passou-se ao próximo item: **2) Discutir e votar a aprovação do Estatuto:** A minuta do Estatuto foi distribuída entre os presentes. Assim, o Estatuto, depois de lido e discutido, foi aprovado por unanimidade. Finalizado esse item, começou o debate do terceiro tema: **3) Discutir e votar a eleição da Diretoria:** A Assembleia elegeu, por unanimidade, o Deputado Lira como Presidente, que tomou posse imediatamente, prestando compromisso de exercer o cargo com zelo e dedicação. A Assembleia decidiu postergar a escolha do Vice-presidente para a próxima reunião. Decidiu-se que o Presidente da FRENTE PARLAMENTAR EM APOIO E FORTALECIMENTO DA ADVOCACIA BRASILIENSE encaminhará esta Ata e os Estatutos à Mesa da Câmara Legislativa, para efeito de registro e publicação. Assim, terminada a ordem do dia e não existindo mais manifestações, o Presidente encerrou a Assembleia, determinando a lavratura da presente Ata, que lida e achada conforme, é assinada pelo Presidente e Secretária.

Brasília, 08 de setembro de 2016.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)**



Deputado LIRA Presidente	Patricia Zapponi Secretária
------------------------------------	---------------------------------------

Deputado Agaciel Maia

Deputado Bispo Renato Andrade

Deputada Celina Leão

Deputado Chico Leite

Deputado Chico Vigilante

Deputado Cláudio Abrantes

Deputado Cristiano Araújo

Deputado Joe Valle

Deputado Juarezão

Deputado Júlio César

Deputada Liliâne Roriz

Deputada Luzia de Paula

Deputado Professor Israel

Deputado Professor Reginaldo Veras

Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro



> SETAS - OCELOS
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO LIRA – (PHS-DF)



Deputado Rafael Prudente

Deputado Raimundo Ribeiro

Deputado Ricardo Vale

Deputado Robério Negreiros

Deputado Rodrigo Delmasso

Deputada Sandra Faraj

Deputada Telma Rufino

Deputado Wasny de Roure



Deputado Wellington Luiz



> SETAS - 000229 <

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Comissão de Assuntos Fundiários – CAF



REQUERIMENTO Nº RQ 2228 /2016
(Da Senhora Deputada TELMA RUFINO)

L I D O

em 06/12/16

Requer a **realização** de
audiência pública para
debater a regularização do
Setor de Chácaras do Núcleo
Bandeirante, na Região
Administrativa do Núcleo
Bandeirante – RA VIII.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, nos termos que dispõem o art. 145 do Regimento Interno da CLDF, a realização de audiência pública em 08/12/2016, 19h, no auditório desta Casa, para debater a regularização do Setor de Chácaras do Núcleo Bandeirante na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – RA VII.



JUSTIFICATIVA

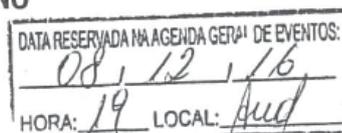
O propósito ensejador deste requerimento é a necessidade urgente de acompanhamento de situações e dos processos de regularização. Para a audiência serão convidadas autoridades dos órgãos do Governo de Brasília como SEGETH, CODHAB, TERRACAP, SEAGRI, IBRAM e outros.

As Comissões Permanentes desta Casa devem exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo. Para que seja tratado como um assunto urbanístico, fundiário e ambiental de imensa importância, requeremos estas informações para que seja intensificada a discussão com a sociedade, entidades e autoridades competentes.

Ciente da importância de que se reveste a matéria, pedimos a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2016.


Deputada **TELMA RUFINO**
Presidente – CAF



		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 108ª
(CENTÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 6 DE DEZEMBRO DE 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está aberta a sessão.
 Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.
 Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.
 Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores. (Pausa.)

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esta Presidência indaga se algum Deputado deseja retificar as atas. (Pausa.)

Não havendo pedido de retificação, uma vez que já são de conhecimento de todos os Deputados, esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

– Ata da 104ª Sessão Ordinária;

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 2

- Ata da 105ª Sessão Ordinária;
- Ata da 24ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 25ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 26ª Sessão Extraordinária.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu ouvi corretamente, há uma série de projetos de parques que já foi votada nesta Casa, de autoria de outros colegas Deputados. Eu pediria a atenção. Lembro aqui o projeto sobre o Parque do Retirinho, de autoria do Deputado Daniel Marques. Eu estou preocupado, porque foram construções de outros colegas legisladores, a não ser que se tenha alguma coisa a acrescentar para aprimorar, e o Regimento estabelece que tem de se reportar à lei original. Peço o cuidado da Mesa na admissão desses projetos, porque nós não podemos desconhecer a contribuição dos colegas. Claro, nenhuma lei é perfeita. Cabe ser aperfeiçoada, mas que se preserve a autoria original da lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Secretaria fará a análise antes de encaminhar a votação

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos, senhoras e senhores. Boa tarde, Presidente Deputado Juarezão.

Senhoras e senhores, hoje foi divulgado o resultado do PISA – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, uma sigla em inglês. Falando de forma bem chula mesmo, é uma espécie de Enem internacional. O resultado é curioso, porque o Brasil levou uma pisa no Pisa, como diria o meu pai. Via de regra, nessa avaliação internacional, avalia-se leitura – no nosso caso, é claro, o português –, matemática e ciências. São setenta países submetidos a essa avaliação que é feita a cada três anos. É aplicada uma prova de leitura, matemática e ciências. O resultado, senhores, como eu acabei de dizer: no Pisa, o Brasil levou literalmente uma pisa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA		3

Nossos indicadores são péssimos, e ficamos piores do que no resultado de 2012. Quase todos os estados brasileiros ficaram abaixo da média. Aí a questão é simples. Como resolver isso, senhores? Claro, a nota de uma avaliação nunca reflete plenamente a qualidade do ensino, mas ela nos dá alguns sinais. E a melhoria, senhores, passa mesmo por pesados investimentos em educação, coisa que este país não faz, passa pela melhoria na qualidade do trabalho dos professores e na formação continuada dos professores. É claro, senhores, que, volto a dizer, uma avaliação, uma nota não diz plenamente o resultado da educação de um país, mas ela nos dá sinais – e os sinais são preocupantes. A gente tem observado que, nas últimas avaliações, Deputada Luzia de Paula, inclusive o MEC, ao propor a Medida Provisória nº 746, de reforma no Ensino Médio, diz que esse modelo é adotado no Japão, é adotado na Finlândia, na Suécia, nos Estados Unidos. Ora, senhores, é querer enganar idiota. Por quê? Suécia, Finlândia, Estados Unidos investem em educação um percentual significativo do PIB: mais de 20%, Deputado Wasny de Roure. E o sonho do Brasil é chegar a 10%. Ora, logo é uma comparação absurda, esdrúxula e é querer enganar bobo. Não vai haver melhoria na educação sem investimentos em educação. Isso serve para o País, isso serve para o Distrito Federal.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Wasny de Roure, começo parabenizando V.Exa. pelo posicionamento, pelo discurso. Aqui quero me colocar, me juntar a V.Exa. e dizer que esses alertas são para mostrar o que nós já ouvíamos há muitos anos, quando Darcy Ribeiro colocava que, se não construíssemos escolas, não cuidássemos das crianças, não teríamos condições nem recursos para construir presídios nem sistemas prisionais para acolher as nossas meninas e os nossos meninos. Nós sabemos a distância que temos com o atendimento da educação infantil.

Hoje nós temos uma dívida muito grande com nossas crianças. Aqui, em plena Capital da República – outro dia eu colocava isto –, nós temos algo que nos envergonha. A maior parte das nossas meninas, dos nossos meninos, na sua infância e na sua adolescência, está fora da escola porque a escola é triste, é sem graça, sem motivação. A maior parte dos nossos trabalhadores da área de educação está adoentada ou do corpo ou do espírito, porque não tem motivação para trabalhar, não tem incentivo. Infelizmente, as nossas salas de aula ainda continuam sendo salas parecidas com as de muitas décadas atrás. Não oferecem atrativos para que um professor possa estar ali nem muito menos para que uma criança, um adolescente, um jovem possa estar nessas salas. É por isso que nós recebemos essa avaliação. No decorrer de todo esse tempo, fala-se muito que a base de uma sociedade é a educação. Mas que base estamos preparando para este país? Talvez seja por isso que hoje estejamos recebendo o resultado que nós temos da

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA		4

sociedade, uma sociedade que está convivendo com várias crises. E a pior das crises é a crise ética e moral, justamente pela falta de valorização das nossas meninas, dos nossos meninos, das nossas crianças na sua mais tenra idade.

Parabéns, Deputado Prof. Reginaldo Veras! Não considero V.Exa. um professor, V.Exa. é um grande educador. Eu sei que, assim como o meu, o seu coração hoje dói e tem doído ao longo do tempo e da história que V.Exa. se prontificou a ser um professor neste país. É sempre desafiar a realidade que nós vivemos, sem saber o que vai acontecer logo depois, passados tantos anos, que, na história, são poucos (sic). Nós sabemos do nosso compromisso, mas, mesmo assim, como prêmio, ao finalizar mais um ano, nós temos essa notícia que nos entristece.

Parabéns, Deputado, e obrigada por trazer esse discurso, que eu sei que é mais do que uma fala. Para mim, ela é um grande gemido, um gemido de dor por saber que Estado e sociedade não têm percebido para onde estão conduzindo o nosso país.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigada, Deputada Luzia de Paula.

Aproveito este momento – já que todos os especialistas dizem que a única forma de melhorar esses indicadores é valorizando o trabalho do profissional de educação e fazendo investimento pleno, sério e direto em educação – para pedir ao nosso querido Secretário José Flávio e ao nosso Presidente, que tem contato, que tem uma linha direta com o Governador e com a equipe, que sejam liberados os nossos escassos recursos que encaminhamos para o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira na tentativa de melhorar minimamente a infraestrutura das escolas, pois os recursos do segundo quadriênio e do terceiro quadriênio ainda não chegaram às contas das escolas. Se não chegarem, a gente não consegue nada, e eu vou ficar só na oratória, só no discurso vazio neste plenário sem poder ajudar na prática.

Então, peço a intercessão do nosso amigo Zé Flávio, peço a intercessão do nosso amigo Deputado Juarezão, que encaminhou muito dinheiro também para o PDAF. V.Exa. tem uma linha direta com o nosso Governador. Então, peço que fale com o homem para que esse recurso chegue ao caixa das escolas.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, parabéns pelo pronunciamento de V.Exa.! Eu não tenho linha direta não, mas estive ontem numa reunião com os diretores de escola de São Sebastião, com todos, e pude ver o desespero deles, inclusive de alguns que terminaram o mandato e têm que pagar as dívidas. Saindo de lá, eu liguei para o Governador Rodrigo Rollemberg, porque um dos compromissos para que a gente fizesse remanejamento de recursos – lembra-se daquele projeto do IPREV – Instituto

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA		
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO		SETOR DE TAQUIGRAFIA		
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06 12 2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

de Previdência dos Servidores do Distrito Federal, que eu e V.Exa. votamos? – era o de quitar dívidas desse tipo, e ele me disse que iria verificar. Hoje ele me deu o retorno dizendo que até o dia 31 ele paga o PDAF de todo mundo. É a garantia que eu tenho dele de que o PDAF será pago, essa parcela que existe e é pequena. Isso nos tranquiliza porque há muitos diretores que fizeram compras, se endividaram, estão devendo ao dono da distribuidora de gás, à papelaria, ao lugar onde compraram o milheiro de tijolo, cinco telhas, e estão sendo vistos como caloteiros! Se eles não pagarem, é o CPF – Cadastro de Pessoas Físicas deles que está em jogo. Porém, ele me garantiu que vai pagar, e aí eu tenho certeza de que esse esforço coletivo que nós estamos fazendo vai surtir efeito.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Estão vendo? Já temos a força do Deputado Juarezão, do José Flávio e do Deputado Chico Vigilante, que, quiçá, será o próximo Líder do Governo, já que o homem fala diretamente com o Governador. Eu fico até mais sossegado. Agora esse recurso sai.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência. Obrigado a todos.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Eu só quero fazer uma retificação da leitura das atas. Quando falei 24ª, 25ª e 26ª sessões ordinárias, eu quis dizer 24ª, 25ª e 26ª sessões extraordinárias. É que eu estava com a palavra ordinária na cabeça, Sr. Presidente. É só isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Bloco Juntos por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores aqui presentes, quero, antes de mais nada, saudar os trabalhadores da orla da Ponte JK que estão aqui presentes. Já quero também pedir, Deputado Juarezão, que o projeto de lei, Deputado Ricardo Vale, meu amigo e companheiro, que está em tramitação nesta Casa, que autoriza esses trabalhadores a continuarem exercendo suas atividades, seja aprovado com rapidez para dar segurança jurídica a esses trabalhadores que estão na orla da Ponte JK, fornecendo lazer para aqueles que ali vão. Eu falo isso porque sou usuário das atividades que ali são colocadas a preços populares – qualquer pessoa pode acessá-las. E, na minha avaliação, Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. que é o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, é uma atividade que democratiza o lago de forma ordeira.

Nós temos um projeto de lei em tramitação aqui na Câmara Legislativa e quero pedir aos Deputados e ao Relator da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, que possamos aprová-lo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 6

rapidamente para darmos segurança jurídica e para que a administração regional possa dar autorização para que eles permaneçam no lugar.

Também quero citar aqui a presença dos vigilantes – do Sindicato dos Vigilantes – que estão parabenizando o Deputado Chico Vigilante, representante da categoria, pelo projeto de lei sobre segurança privada nos bancos que nós aprovamos em primeiro turno, salvo engano, ontem – falta aprovar em segundo turno. E já quero antecipar que o meu voto será favorável também à aprovação em segundo turno.

Quero citar aqui que hoje nós tivemos na Câmara Legislativa a audiência pública de prestação de contas da Secretaria de Estado de Saúde na Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle. Foi uma audiência muito rica, que durou quase quatro horas – durou três horas e quarenta e cinco minutos. O Secretário de Saúde esteve presente.

O que nós conseguimos ver, Deputado Juarezão, Deputado Agaciel Maia, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. que é o Presidente da CPI da Saúde, é que existe uma luz no fim do túnel no que se refere ao pagamento de pessoal, principalmente ao piso estabelecido para os profissionais da atenção primária para o ano de 2017. A Fonte 138, Deputado Wasny de Roure, V.Exa. que é o nosso doutor em orçamento, é a fonte proveniente de transferência de fundo a fundo do Ministério da Saúde. Até certo momento do presente ano, existia uma proibição de se utilizar esse recurso para fazer pagamentos na área de pessoal – aqui eu falo do piso dos profissionais da atenção básica. Existia o entendimento de que não se poderiam utilizar recursos da Fonte 138, mais especificamente do piso fixo da atenção básica, para pagamento de pessoal. Houve um entendimento diferenciado, que foi emitido pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal e também pelo próprio Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, que – abre aspas – “autoriza a utilização da rubrica de pagamento de piso fixo para folha de pessoal dos profissionais da atenção básica”. Ou seja, a Secretaria de Planejamento, que tinha o desafio de gerar duas folhas, já venceu esse desafio e, a partir de 2017, esses recursos da Fonte 138, que é fonte de transferência de fundo a fundo, vão poder ser utilizados para pagar o salário-base. Repito: salário-base. Não são os adicionais e as gratificações referentes à atenção básica, mas o salário-base dos profissionais que atuam diretamente na atenção básica do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Acho muito oportuno V.Exa. trazer esse debate à Casa. No recente encontro que a nossa bancada teve com o Governador, S.Exa. mencionou uma conversa que teve com o Presidente da República no sentido de fazer o debate sobre como melhor utilizar o fundo de saúde, entre o conjunto de destinações previstas. Já houve um esforço no

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 7

governo anterior – eu não estou aqui lembrando qual era a rubrica específica do fundo de saúde –, e foi flexibilizado. Eu sei que se destinava ao pagamento na terceirização, só que o Governador disse, no encontro que nós tivemos, que o Presidente pediu a ele que aprofundasse essa discussão, e que ele mesmo teria o maior interesse em ajudar a trabalhar uma melhor utilização do recurso.

Deputado Delmasso, V.Exa. está coberto de razão: o fundo de saúde chega todo final de ano ainda com muito a ser utilizado e a saúde, padecendo com uma série de problemas, sem poder utilizar. Nós, inclusive, estamos pretendendo, no próximo ano, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, fazer esse debate. Eu, inclusive, já tenho alguns documentos que possibilitam, a partir do caso que ocorreu no governo anterior, nos aprofundarmos nas diferentes rubricas que compõem o fundo de saúde.

Então, eu creio que é um debate muito apropriado, precisa ser aprofundado. A Secretaria de Saúde acaba não fazendo isso, porque é uma atribuição muito mais do Planejamento e da Procuradoria. Aí, é muito importante a participação da Procuradoria, do Tribunal de Contas, no sentido de construir a legitimação desse processo. Creio que o próprio Ministério da Saúde vai ter sensibilidade para ouvir essa argumentação. Eu não sei se vou ter o privilégio de estar na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças no próximo ano, mas eu tenho o maior interesse de participar desse debate e poder compartilhá-lo com V.Exa. Eu acho muito importante a participação de V.Exa. nesse debate, pelo seu acúmulo, pela sua sensibilidade. O problema da questão do orçamento no Legislativo é uma questão de sensibilidade. Alguns Parlamentares só se lembram desse debate no momento das emendas. Ele é um debate difícil, complexo, que remete a uma série de legislações infraconstitucionais que compõem a disciplina dele. Mas é perfeitamente possível pensar em mudanças. Nós temos que trabalhar a mudança, desde que venha para o bem da população. Então, eu felicito V.Exa., que está em um direcionamento correto para o melhor aproveitamento dos recursos, que já são previamente destinados à saúde, que é a Fonte 138, que compõe o fundo de saúde.

Parabéns, Deputado Delmasso!

DEPUTADO DELMASSO – Deputado Wasny de Roure, só complementando o que V.Exa. disse: se o Governo do Distrito Federal tivesse condições de pagar todos os salários, eu digo: os salários mais os benefícios, utilizando a Fonte 138, nós iríamos deixar de aportar recursos da Fonte 100 para fazer esse tipo de pagamento. Não vou dizer que iria existir sobra orçamentária, porque não existe na saúde sobra orçamentária. Mas, deixando de aportar esses recursos da Fonte 100 para o pagamento de pessoal, poderiam ser destinados para o custeio, manutenção e investimento da área de saúde. Todas as vezes que são realizadas essas audiências e hoje, mais uma vez, a gente detecta, Deputado Agaciel Maia – V.Exa. que é Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças –, que 83% do orçamento da saúde, hoje, é destinado para pagamento de pessoal. Quando eu falo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	

isso, não estou querendo desmerecer, dizendo que não se deve pagar pessoal. Lógico que deve, saúde é feita com pessoas. Além de ser feita com pessoas, é necessário que se dê condições para que essas pessoas possam prestar uma saúde de qualidade, Deputado Wellington Luiz. Existe, hoje, 17% do bolo da saúde que fica destinado para investimentos e para o custeio da saúde. Ora, 17%... A gente sabe o caos que está aí.

Então, Deputado Wasny de Roure, medidas como essas acabam flexibilizando mais a utilização da Fonte 138. Deputado Agaciel Maia, Deputado Wasny de Roure, membros da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças desta Casa, a própria Secretaria de Saúde já encaminhou ao Ministro da Saúde uma proposta de uma nova portaria de regulamentação da utilização dessa fonte de fundo a fundo, porque, pela Lei nº 141, quem deve fazer isso é o Presidente da República, mas o Presidente da República delegou isso ao Ministro da Saúde, e o Ministro da Saúde editou uma portaria estabelecendo alguns parâmetros para a utilização desses recursos, flexibilizando para pagamento de pessoal. E quando eu falo pagamento de pessoal, não é só o salário-base. Se a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal puder utilizar recursos da Fonte 138 para pagar o salário de pessoal mais as suas gratificações, com certeza, o Distrito Federal estaria, não falo economizando, reduzindo o seu investimento na Fonte 100, e esse recurso que seria reduzido da Fonte 100 poderia ser destinado diretamente ao custeio e ao investimento na área da saúde.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador) – Deputado Delmasso, digo com alegria que V.Exa. já pode ser considerado um veterano como eu, o Deputado Wasny de Roure e tantos outros que sempre participaram da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, ao ver um Deputado em primeiro mandato como V.Exa., que já teve experiência nessa parte orçamentária, falar com tanta propriedade sobre orçamento público. Orçamento é um tema de que, em tempos de vacas gordas, pouco se fala, mas agora, nessa época de crise, sempre é um assunto muito demandado. E temos contado com esclarecimentos, inclusive V.Exa. é bem mais didático do que eu para fazer essas explicações na tribuna. V.Exa. é uma revelação porque tem feito exposições de maneira tão coloquial como o Deputado Wasny de Roure, que considero um dos maiores economistas do Brasil e do mundo. V.Exa. tem feito a discussão orçamentária de maneira tão didática que os Deputados agora, com a presença de V.Exa., nem precisam mais estudar orçamento, tamanho o detalhamento e a didática que V.Exa. utiliza para explicar coisas complicadas. V.Exa. explica de maneira bem descomplicada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador) – Deputado Agaciel Maia, eu só queria entender se isso é o lançamento de uma candidatura a uma condição divinal. Isso já está na moda, vários agentes públicos aí têm relação de parentesco com o divino, então...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO DELMASSO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado, eu apenas estou dando mérito a quem tem mérito. Não só eu, mas acho que a unanimidade desta Casa reconhece o Deputado Delmasso como um Deputado revelação, principalmente na área orçamentária e financeira, em que ele tem se destacado bastante.

Parabéns, Deputado, pela exposição!

DEPUTADO DELMASSO – Quero agradecer ao Deputado Agaciel Maia.

Para encerrar, eu gostaria de dizer que, na minha avaliação, neste ponto, o Secretário de Saúde está no rumo certo.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, obrigado pela ordem da idade. Como eu sou mais velho... (risos). Eu quero cumprimentar aqui os instrutores de *kitesurf* e de *stand up paddle*. Eu gostaria apenas de esclarecer um ponto a eles. Parece que três ou quatro sessões atrás um grupo deles esteve aqui dizendo que eu tinha feito um projeto proibindo a prática de *stand up paddle* e as aulas que eles ministravam na beira do lago, sobretudo no Pontão, perto da Ponte JK e na ML. Eu gostaria que eles levassem a mensagem, não sei se foram eles, de que eu nunca fiz qualquer projeto nesse sentido que proíbe qualquer tipo de atividade esportiva no lago, até porque eu pratico *stand up paddle*, gosto do esporte e acho que isso é bacana. Então, que eles levem essa mensagem, porque quem está inventando isso lá na beira do lago está mentindo, e eu vou descobrir quem é.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir, conforme acordo de Líderes, a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.215, de 2016, de autoria do Poder Executivo, e também do Proc. nº 28/2016, cujo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 10

parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças vamos discutir e votar. Ele fala sobre a indicação do Sr. Carlos Vinícius Raposo Machado Costa para ocupar o cargo de Diretor Presidente da BRB Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários. Eu gostaria que esses dois projetos fossem incluídos na pauta, conforme acordo de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação para inclusão na pauta.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a inclusão na pauta do PDL nº 218 – eu sou econômico nesse aspecto, praticamente nunca peço isso, talvez uma vez por ano –, que trata da outorga de Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Feijão, superintendente da Fecomércio. Eu o conheço, só de Brasília, há quarenta anos. Se não fosse uma pessoa muito respeitada e querida por toda a cidade, eu não faria esse pedido. Como sou muito econômico nisso, peço que o projeto seja incluído na pauta da Ordem do Dia, para que a gente possa fazer essa homenagem ao Feijão ainda este ano.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Incluo o projeto na pauta da Ordem do Dia. Iremos votar em bloco os projetos de decreto legislativo.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Popular Solidário Social. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro eu quero saudar os trabalhadores da orla da Ponte JK. Veja bem a expressão que estamos utilizando, Deputado Wasny de Roure: são trabalhadores. Se ainda não existe uma norma muito clara para disciplinar de que modo devem ser desenvolvidas suas atividades, isso não os coloca como bandidos. Ao contrário, são pessoas de bem que optaram pela via da legalidade, da justiça, para tirar o sustento das suas famílias. Então, quero saudá-los e dizer que nós ficamos muito felizes com a presença de vocês. O nosso mandato, não apenas o meu, mas tenho certeza de que o de todos os Parlamentares que estão aqui, inclusive dos que foram nominados aí – Deputada Celina Leão, Deputado Chico Vigilante, Deputado Wellington Luiz, Deputado Delmasso, Deputado Cristiano Araújo, Deputado Prof. Israel, Deputado Ricardo Vale, Deputado Wasny de Roure, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputada Telma Rufino, Deputado Juarezão, Deputada Luzia de Paula –, todos esses Parlamentares aqui entendem que vocês são trabalhadores. Se estão ainda irregulares, é porque o governo não teve a competência de regularizá-los. É isso que precisa ser feito.

Segundo, eu quero abordar aqui, Sr. Presidente, um ato da Mesa Diretora que me foi apresentado. O ato da Mesa Diretora resolve, no art. 1º, autorizar o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

cancelamento de 40 milhões do orçamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal, exercício 2016, nos termos do Anexo I, a serem transferidos ao Poder Executivo na reserva de contingência, em projeto de lei de crédito adicional, consoante o que consta do Ato da Mesa Diretora Interina nº 74, de 29 de agosto de 2016.

Esse ato, parece-me, teria que ser assinado pelos membros da Mesa Diretora da Câmara Legislativa. Vou fazer uma regressão, vou ao passado. Em dezembro de 2015, Presidente Juarezão – acho que isso deve servir de alerta para todos nós –, a Mesa Diretora, como sempre faz todos os anos que tem uma sobra, devolveu para o Poder Executivo aquela verba. Quando devolve, o governo é o dono do cofre, é quem tem a chave, é quem pode destinar e dizer para onde vai o pagamento, para onde não vai, e é quem reconhece dívida, se houver. Enfim, é quem faz tudo. Aí, o que aconteceu? No ano passado, o governo pagou a quem achava que deveria pagar. De repente, no dia 23 de agosto, salvo engano, eu fui surpreendido em minha casa, e vários outros Parlamentares – o parlamento inteiro foi surpreendido – com busca e apreensão e não sei o quê, com uma informação: aquela emenda, em que a Mesa Diretora mandou devolver o dinheiro para o Poder Executivo, estava contaminada, viciada. Parece que alguém ia cobrar propina. Quer dizer, é de uma imbecilidade tamanha, que eu vou apenas dizer uma coisa: quem pode pagar propina? Quem tem interesse. É o empresário. E quem pode chegar e dizer: “você vai ter o dinheiro”? É quem libera o dinheiro. Não é o Parlamentar. Mas tudo bem, essa foi uma jogada combinada com o Governador, que resolveu jogar a crise para a Câmara Legislativa, ante fatos relevantes que foram levantados pela CPI da Saúde e mostravam que efetivamente existe corrupção dentro do governo do Distrito Federal no governo do Rodrigo Rollemberg. Aliás, até com dados concretos. O próprio vice-Governador – vejam bem, não foi qualquer bebum que está no meio da rua não, com todo o respeito aos bebuns – do Distrito Federal disse até os percentuais: 10% são pagos à Secretaria de Fazenda e 30% são pagos à Secretaria de Saúde. Não foi isso? Muito bem. Novamente a Câmara Legislativa economizou 40 milhões e vai devolver esse dinheiro para o Poder Executivo fazer o que quiser. Nós já sabemos o que ele fez no ano passado, é tipo aquele filme: eu sei o que você fez no verão passado. Nós sabemos que houve bandalheiras por lá. Pessoal, é uma cretinice eu assinar esse troço aqui. Não vou assinar de jeito nenhum e recomendo aos demais membros da Mesa que não o façam. Sabem por quê? Se você assinar, daqui a nove meses o governo pode parir um novo escândalo, pode dizer que, nesses 40 milhões, algum tipo de bandalheira foi feita aqui. Na verdade, quem libera o dinheiro está lá. Então, eu recomendo aos membros da Mesa – o Deputado Julio Cesar, o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Juarezão – que não assinem esse ato. Não porque em tese ele não estaria formalmente correto, mas porque não se sabe qual a intenção do governo que aí está, que já tem em tão pouco tempo, Deputado Prof. Reginaldo Veras, maus antecedentes. Se com 30 milhões ele fez essa bandalheira toda e conseguiu afastar a Mesa Diretora por 56 dias, imaginem com 40 milhões! Está inflacionado. Aí ele vai afastar os 24 Deputados.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, sem querer entrar na polêmica, eu apresento uma solução aqui. Nós estaríamos fazendo um bem a esta cidade. Vamos mandar esses 40 milhões vinculados para o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF das escolas, Deputado Raimundo Ribeiro. Com 40 milhões, atenderíamos 696 escolas do Distrito Federal. Todas iniciariam o ano pintadas, limpas, com reparos elétricos, para iniciarem bem. Dá para fazer isso agora, se esse dinheiro chegar aos caixas das escolas. Eu tenho certeza, os diretores farão mágica e a Mesa Diretora será aplaudida pela comunidade escolar e pela sociedade do Distrito Federal. Fica aqui a dica, Deputado.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Concordo plenamente com V.Exa., Deputado Prof. Reginaldo Veras. Estou de pleno acordo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, com todo o respeito que tenho por V.Exa., nós que estamos na vida pública trabalhamos em estreita consonância com as necessidades da nossa população. O processo de implantação do sistema de orçamento foi um processo pensando no planejamento. Entendo que esse equívoco no qual tentaram criminalizar não apenas aquilo que a Mesa Diretora fez, mas também aquilo que os Deputados fizeram... Infelizmente nós estamos vivendo um quadro, como há pouco conversávamos na reunião de Líderes, de perda de referências. Se nós nos rendermos a isso, vai parecer que, de fato, fizemos parte desse jogo. Eu gostaria, com toda liberdade, respeito e consideração que tenho por V.Exa., que o senhor não deixasse de assinar. Eu fui presidente desta Casa por dois anos. Nós fizemos os remanejamentos. É uma coisa absolutamente transparente. É uma coisa absolutamente necessária para o Estado. O senhor, por exemplo, pode colocar orçamento para pagamento de pessoal ou pode colocar na reserva de contingência, pois assim o governo readministra.

Eu quero dizer, Deputado Raimundo, que foi a sua iniciativa, recentemente, quando nós discutimos o transporte escolar e identificamos que havia 6 milhões empenhados, que possibilitou, neste plenário, que vários colegas, inclusive o Deputado Wellington Luiz e a Deputada Celina Leão, colocassem em reserva de contingência. Isso tornou possível, hoje, o governo preparar o pagamento de aproximadamente 20 milhões para esse segmento. Então, eu quero fazer essa ponderação a sua pessoa. Quando veio aquela discussão sobre dúvidas relacionadas aos integrantes da Mesa, V.Exa. se lembra de quando eu, olhando nos seus olhos, disse: Raimundo, eu sou uma pessoa que tenho confiança. Eu mal o conheço,

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

conheci-o aqui, mais aprofundadamente como colegas, em posições antagônicas, mas sempre tive um grande respeito ao senhor pela sua idoneidade. Para o bem desta cidade, Deputado, eu gostaria de lhe pedir que o senhor repensasse. Que o senhor repensasse, porque o bem que o senhor, o Deputado Wellington Luiz e a Deputada Celina Leão fizeram, naquela votação que nós fizemos aqui, que viabilizou os recursos para o fundo da saúde via reserva de contingência e depois para o pagamento do transporte escolar, é um exemplo de que podemos fazer, sim, coisas boas, mesmo que nem sempre sejamos reconhecidos.

Então, Deputado Raimundo Ribeiro, como um colega seu, eu pediria que V.Exa. revise a sua posição para o bem desta cidade – não é para o bem do Governador Rollemberg, é para o bem desta cidade. A cidade vai continuar, os compromissos do Estado vão continuar. O senhor sabe que, quando o transporte paralisou, muitas crianças deixaram de ir para a sala de aula. Quantas crianças! E o mais doloroso, Deputado, é que não foram as autoridades da área educacional do Distrito Federal que me pediram não, muito menos as autoridades da área de planejamento, foi em uma reunião, no nosso gabinete, que nós fomos verificar que eles não tinham orçamento e que o projeto que ia ser votado na Câmara poderia receptionar isso. Portanto, Deputado Raimundo Ribeiro, eu acho que – V.Exa. sabe da estima e consideração que lhe tenho – o senhor deveria repensar. Eu repensaria. O senhor é um homem que tem uma vida comprometida com esta cidade. O senhor não é uma pessoa de aceitar provocações. Pense direitinho. Eu sei que o senhor é um homem comprometido com Brasília. Pelo bem disso, assine a emenda. A reserva de contingência sequer é dirigida a a, b ou c. Vários colegas que entendem de orçamento sabem do que estou dizendo. Não faça da sua dor uma dor de vingança a quem não deve merecer essa resposta do senhor.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço o aparte do Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu quero fazer coro com o Deputado Wasny de Roure. Primeiro, quero agradecer ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, ao Deputado Chico Leite e ao Deputado Wasny de Roure, que, no ano passado, trouxeram a informação de que nós poderíamos ajudar as escolas do Distrito Federal por meio de emendas ao PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Acho que o Deputado Prof. Israel também trouxe essa informação junto com esses Deputados.

Deputado Raimundo Ribeiro, sei a dor que V.Exa. tem sofrido por sentir-se injustiçado. Quem conhece a sua história sabe disso, mas eu quero repetir as palavras do Deputado Wasny. Quando foi assinado um ato da Mesa Diretora proibindo que qualquer remanejamento orçamentário da Câmara Legislativa do

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Distrito Federal fosse feito de forma carimbada, mas que fosse devolvido na forma de reserva de contingência... Recebemos o projeto hoje. Foi lida uma mensagem, encaminhada pelo Governador do DF, Deputado Wellington, na qual o Tribunal de Contas do Distrito Federal está devolvendo ao Poder Executivo cerca de 30 milhões de reais. Está devolvendo para a reserva de contingência para que o governo possa, como achar que deve – porque ele é o Poder Executivo – fazer as transferências necessárias a qualquer área. Como foi dito aqui, se nós conseguirmos que o governo fique sensibilizado e, por um decreto, transfira esse recurso para o PDAF, vamos não só ajudar as escolas, mas também fomentar a economia de cada cidade satélite porque as escolas, para prestar um serviço, fazem contratações dentro da comunidade, ou seja, contratam o pintor da comunidade, compram o material em local próximo à escola. Obviamente, isso tudo é feito dentro do processo legal.

Então, quero fazer coro a V.Exa. Esse ato da Mesa Diretora é um ato, sim, de proteção do Parlamento. Quando o Tribunal de Contas e outros órgãos devolvem recursos ao Poder Executivo, na prática, literalmente, o recurso, em tese, será destinado à reserva de contingência. Assim, nós vamos pedir ao governo que, por decreto, transfira a totalidade desses recursos para o PDAF. Isso seria de um ganho extraordinário, seria uma contribuição extraordinária para os alunos e para o sistema de educação do Distrito Federal. Todas as nossas escolas, com certeza, já poderiam começar 2017 muito melhores do que estão terminando este ano.

Obrigado, Deputado Raimundo.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Eu é que agradeço a intervenção do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Wasny de Roure e de V.Exa., Deputado Delmasso.

Quero deixar muito claro que é evidente – e sei – que o problema não está na formalização da emenda. O problema está, quando chega ao Palácio do Buriti, com o atual governo. A bandalheira acontece lá dentro! E eu sei disso. Sei também – estou sentindo – que o governo resolveu, como pano de fundo, culpar esta Casa para encobrir as bandalheiras que estavam acontecendo lá dentro e continuam acontecendo. Vejam, estou deixando de assinar não porque desconheço a licitude do ato da Mesa Diretora não, mas porque o destinatário vai fazer o que fez o ano passado. Vai culpar novamente esta Casa! É por isso que estou deixando de assinar e é por isso que eu recomendo que nenhum membro desta Mesa Diretora assine! Se o governo quiser, venha e peça a este Plenário que faça, para que fique claro, para que depois o órgão de persecução penal não diga que foi Deputado que fez. Aliás, foi o que fez no ano passado! Quantas vezes o Governador esteve aqui mendigando para que a Casa realocasse recurso para lá? Quantas vezes? Mas isso foi esquecido.

Agora, meus amigos – eu respondo pelos meus atos –, não vai aqui nenhum sentimento de dor, mas de indignação pela injustiça. Não assinarei como membro da Mesa Diretora e recomendo que nenhum membro da Mesa Diretora assine porque, à

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

semelhança do que aconteceu no ano passado, o governo pode fazer uma nova palhaçada e culpar de novo esta Casa!

Então, Presidente, devolvo aqui a V.Exa. – devidamente molhado, porque caiu a água que eu estava bebendo – o ato da Mesa Diretora. Faço questão de registrar nas notas taquigráficas que não assino porque não confio neste governo que está aí para aplicar um tostão, quanto mais 40 milhões de reais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Muito obrigado, Deputado Raimundo Ribeiro.

Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, nós estamos vivendo um encerramento de ano nesta Casa, mas eu gostaria de trazer aqui este quadro, este momento que o País está vivendo. Foi com grande perplexidade que todos nós assistimos à decisão, à liminar dada pelo Ministro Marco Aurélio pedindo o afastamento do Senador Renan Calheiros da Presidência do Senado. No processo de afastamento da Presidenta Dilma, ela foi afastada e, ao mesmo tempo, foram mantidos os direitos constitucionais, os direitos políticos dela. Isso foi um reflexo de que não havia uma acusação quanto à idoneidade dela frente ao governo, e sim o questionamento das suas contas. E foi demonstrado que elas são fatos repetitivos tanto a nível estadual quanto a nível municipal no País. Ainda está-se no processo de construção do equilíbrio das suas contas e da transparência da gestão pública em nosso país. Consequentemente, essa ruptura que se deu na vida democrática brasileira traz para nós um novo cenário. Parece-me que já foram seis ministros do Governo Temer afastados por questionamentos de improbidade. Nós já tivemos o afastamento do Presidente da Câmara dos Deputados. A operação Lava Jato está em pleno exercício e sendo conduzida. Nesse processo, aparecem duas questões. Uma delas é da remuneração da magistratura, dos promotores, enfim, de todo esse conjunto de servidores públicos ligados à ordem do Judiciário em nosso País, do debate do teto, de como ele se comporta nos estados e das espertezas que se utilizam. O Presidente Renan Calheiros criou uma comissão no Senado Federal para estudar essa utilização de mecanismos artificiais para glosar a política do teto.

Depois, nós tivemos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a questão do projeto de lei relatado pelo Deputado Onyx Lorenzoni, do Rio Grande do Sul – inclusive fomos colegas na Câmara dos Deputados quando lá estive –, sobre as dez medidas de combate à corrupção, uma proposta amplamente difundida no País, promovida pelo Ministério Público, extremamente exitosa, extremamente necessária. Aí se confundem, misturam-se, e também não há como se tratar de maneira diferente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Agora, nós temos uma liminar proferida por um ministro do Supremo Tribunal Federal. Olhe só, Sr. Presidente, qual é a gravidade do problema. É que, da mesma matéria em debate no Supremo Tribunal Federal, foi dado vista ao Ministro Toffoli. Ora, nós estamos vivendo uma perda do respeito, da confiança, do diálogo entre os nossos poderes. Eu creio que, neste momento, o País vive um quadro de instabilidade proveniente da falta de respeito das instâncias que conduzem, seja o Executivo, seja o Legislativo, seja o Judiciário.

Naturalmente, o Senador Ministro Renan responde a vários processos. É necessário que o ordenamento jurídico do País esteja sendo exercido na sua plenitude. Agora, por último, hoje, a Mesa do Senado recomenda – olhem só! – que o Presidente do Senado não recepcione a notificação do Supremo Tribunal Federal. É uma verdadeira algazarra, uma verdadeira perda do sentido da ordem jurídica do nosso país, da legislação que está colocada. E isso só tende a se agravar, Sr. Presidente. Eu estou extremamente preocupado. Eu creio que está faltando diálogo entre as instâncias. Acredito que há falta de liderança política neste momento por parte das autoridades que estão à frente desses três Poderes. Nós temos a necessidade de que o Congresso chame uma reunião com a presença do Presidente da República e da Presidente do Supremo Tribunal Federal, a Ministra Carmem Lúcia, para um diálogo sobre o momento que nós estamos vivenciando. Acho que, se cabe o Renan fora da Presidência, dê-se o desdobramento necessário. Para isso, há o Vice-Presidente, que, até então, tem sido um homem bastante respeitado por todos nós, foi governador, hoje é senador pelo Acre, que é o Senador Jorge Viana, extremamente respeitado pelos seus próprios colegas. Mas o que o País não pode viver, Sr. Presidente, é uma briga de bastidores das forças políticas existentes. Eu até entendo que o Ministro Marco Aurélio esteja bastante incomodado com o pedido de vista do Ministro Dias Toffoli para apresentar um relatório no mês de fevereiro do ano que vem. E agora, então, o Supremo marca para amanhã para julgar esse processo. Quer dizer, é um processo de ridicularização do Poder. O Ministro dá uma liminar que não é acolhida pelo Presidente. Que esculhambação é essa? Isso é uma verdadeira esculhambação! E reporta-se ao Presidente da República, reporta-se ao Presidente do Supremo, como também ao Presidente do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, eu quero aqui lamentar que as nossas autoridades, nos mais altos escalões, neste momento, deixam o País num estado de perplexidade, num estado de agonia, de incerteza. E isso, para quem é economista, para quem acompanha o mercado de investimento, é tudo o que o mercado precisa para entrar em paralisia. Eu não sei como a Bolsa de Valores está se comportando no dia de hoje, mas, com certeza, o comportamento não é dos melhores.

Sr. Presidente, eu creio que nós somos uma instância muito pequena, não somos ouvidos ou enxergados por essas autoridades maiores. Mas é uma demonstração de imaturidade política das maiores, é uma perda do bom senso que o País precisa neste momento. Não acho que o Presidente Renan não tenha respostas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

a dar. Ele tem que dar a resposta àquilo que está sendo cobrado dele. E o Judiciário, responder àquilo que lhe cabe responder sobre as matérias remuneratórias que cabe a cada um dos seus integrantes responder. E o Presidente da República, sair da sua zona de conforto e encarar o País não apenas com mensagens de reformas para o Congresso Nacional. Infelizmente, S.Exa. não consegue ter uma liderança nas ruas, não é respeitado. Quando vai para a rua, é enxovalhado, não goza de confiança no meio da população, não goza de respeito, Deputado Prof. Reginaldo Veras. É incrível como esse "Fora Temer" tomou conta do País. Não são inscrições novas, não são inscrições que vieram recentemente, são inscrições que estão se consolidando no imaginário da população brasileira. Eu chamo a atenção das autoridades para que tenham cuidado e não brinquem de poder, porque quem vai pagar o preço maior é a nossa população, que não merece isso. Além do alto índice de desemprego, da queda da renda *per capita* da população, nós estamos vivendo uma esculhambação de quem está à frente dos poderes em nosso país. Eu chamo a atenção para isso e creio que a situação não é diferente.

Eu queria encerrar meu pronunciamento da tarde, Sr. Presidente, falando, Deputado Prof. Reginaldo Veras, da visita que a uma ocupação de terra lá na expansão de Samambaia. Entre a expansão de Samambaia, viabilizada na época do Governo Roriz... (Falha na gravação.) na época do Governador Arruda – as 1.800 –, desenvolveu-se uma ocupação hoje, segundo a população local estimada, Deputada Telma Rufino, em torno de setecentas famílias. Eu fiz, inclusive, Deputada Telma Rufino, um requerimento à comissão que V.Exa. preside, para uma visita *in loco*, e não foi possível essa visita. Sei que V.Exa. tem uma agenda extremamente apertada, mas eu queria pedir à sua pessoa, como presidente da comissão – sei que V.Exa. está buscando a renovação de seu mandato, para o ano que vem, frente à essa comissão, da maior importância nesta Casa –, como representante do Poder Legislativo e dessa comissão, juntamente com o presidente da Codhab, que pudéssemos fazer uma visita antes de encerrar o período legislativo. Eu queria pedir que o Fábio e toda a sua equipe convidassem o presidente da Codhab. Eu iria lá e convidaria algumas lideranças, porque, para entrar em determinados locais lá, precisamos ser acompanhados, Deputada.

Quero dizer, Deputado Juarezão, que não há uma condição tão inapropriada para se viver... Quero dizer, Deputada Telma Rufino, do odor, da presença de água parada, contaminada, com crianças. É algo que depõe contra nós. Não vou nem dizer só contra o Governador, mas com relação àqueles que são autoridades para administrar a vida pública desta cidade.

Eu queria fazer um apelo, da tribuna desta Casa, ao presidente da Codhab, à presidente da nossa Comissão de Assuntos Fundiários, e quero acompanhar... Nós chegamos a fazer uma audiência no início do ano passado, Deputada Telma Rufino, e o meu sentimento é o de que, depois dessa audiência que fizemos lá, a coisa piorou. A coisa piorou, Deputada. Ela não recrudescer não. Nem a secretaria, que

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

tinha se comprometido a visitar a comunidade em vinte dias, visitar e implantar um processo de cadastramento... A coisa se ampliou de maneira astronômica, e muitos deles são exatamente oriundos dos locais que estão sendo demolidos, onde estão retirando os barracos. Eu lamento que ontem o Senado tenha se prestado a um debate de disputa, sem tratar o problema como deveria ser tratado.

Então, quero fazer um apelo a V.Exa., que é uma mulher altamente sensível, uma mulher oriunda da luta pela habitação nesta cidade e está capitaneando o processo de regularização de Arniqueiras, que é extremamente exitoso. Eu lhe peço encarecidamente, Deputada Telma Rufino. É um pedido não apenas de um colega desta Casa, mas de uma pessoa que tem feito aqui um acompanhamento do debate fundiário. Ontem, Deputada Telma Rufino – está aqui o Sérgio Nogueira, que participou da reunião, como Presidente da Terracap... Eu apelo aqui à consciência do Sérgio, que assinará nos próximos dias, Deputado Juarezão, a emissão do título para os moradores do Condomínio Nova Vitória. Esse problema, quando nós o recebemos, tinha uma decisão de reintegração de posse. Eu não deixarei de cumprimentar as autoridades do Distrito Federal na hora em que se concluir isso. Mas foi uma bela vitória.

Quero aqui, de público, agradecer à equipe da Terracap, que teve a sensibilidade de operar e viabilizar a regularização para quatorze famílias que chegaram lá no final da gestão do Governador Cristovam Buarque, que fez a concessão real de uso ao empresário que usou a área indevidamente e acarretou a ida da população para lá. Hoje o Governo regularizará essa situação para aquela população.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

(Assume a Presidência o Deputado Agaciel Maia.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos e a todas. Quero, em primeiro lugar, parabenizar o Deputado Chico Vigilante. Deputado, parabéns pelo PL nº 1.120. V.Exa. foi de uma felicidade enorme, porque eu, como profissional da segurança pública, sei o quanto isso é importante. As estatísticas mostram isso. Parabéns ao senhor e parabéns a esses trabalhadores que ajudam tanto na segurança pública desta cidade e que nem sempre têm o valor que merecem. V.Exa. foi extremamente feliz, e já antecipo aqui o meu voto e o meu apoio a esse projeto. Se Deus quiser, ele logo será aprovado! Contamos com a sanção do Governador. E que a gente possa implantá-lo o mais rápido possível. Não

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

é só para o bem desses trabalhadores não, é para o bem de Brasília, para a segurança da nossa cidade. Parabéns, Deputado, e também a vocês, por estarem nessa luta!

Quero também saudar os companheiros da orla do Lago Paranoá e dizer da importância do trabalho de vocês. Eu sou testemunha. E, aí, não dá para entender, Deputado Cristiano Araújo, que alguém tenha dito que V.Exa. apresentou algum projeto dessa natureza. Sei que V.Exa. é um dos grandes defensores dessas categorias, até porque já fizemos isso várias vezes. Agora, o que não se admite é que hoje o Estado ataque e persiga tanto trabalhadores como esses. Essas pessoas dão vida ao Lago Paranoá. Quem tira vida é aquela psicopata daquela presidente da Agefis, que teve a coragem de ir ao Senado Federal e dizer que pessoas de bem são apenas aquelas que têm escritura. Esqueceu ela, Sr. Presidente, que, há alguns anos, era moradora de condomínio irregular. Depois que ela vendeu sua casa, virou o arauto da moralidade e sai pregando verdadeiros absurdos. É boa na teoria, mas na prática ela é exatamente o contrário do que diz.

Então, causa-nos estranheza quando pessoas que estão trabalhando, que estão dando a Brasília um lazer, são perseguidas por uma louca, por uma pessoa sem limites e que acha que pode perseguir trabalhadores e trabalhadoras que ganham honestamente o seu pão. Vocês são importantes para o Distrito Federal. Só eles é que não sabem disso!

Então, quero parabenizá-los e dizer a vocês que vamos continuar nessa luta e vamos impedir que essas mazelas e essas perseguições continuem. O Governador deveria ter sensibilidade. Ele pode escrever: essa psicopata vai acabar com o governo dele, e a oposição agradece. Só não fica feliz porque é à custa do sofrimento do povo. Somente por isso. Agora, não vamos desistir. Tenho certeza absoluta de que essa vitória será nossa, porque os bem-intencionados sempre vencem ao final.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 20

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. (Pausa.)

Concedo a Deputado Chico Leite. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

O Deputado Chico Vigilante é o último inscrito nos Comunicados de Parlamentares. Portanto, Deputados que se encontram em seus gabinetes e aqui no cafezinho, na sala de reuniões, estamos com onze Deputados em plenário e precisamos de, no mínimo, treze para começarmos a votar os projetos.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero saudar os meus companheiros vigilantes e a minha companheira vigilante, a Maria, que estão ali na galeria acompanhando, no dia de hoje, a votação, em segundo turno, do nosso Projeto de Lei nº 1.120, de 2016, que obriga os bancos, as instituições financeiras privadas e as cooperativas de crédito a contratarem vigilantes 24 horas. Isso já é lei no Rio Grande do Sul, e há uma série de cidades lá em que está dando certo. Portanto, eu tenho certeza de que vamos aprová-lo hoje em segundo turno com o apoio da unanimidade desta Casa. Vamos conversar com o Governador Rodrigo Rollemberg para que ele possa sancionar a lei, e, em noventa dias, os bancos serão obrigados a começar a contratar os vigilantes. Não é correto, Sr. Presidente, que fique a cargo do governo tudo o que está acontecendo com a segurança bancária. Os banqueiros deixam os bancos desassistidos de vigilantes, está acontecendo a explosão dos caixas eletrônicos, a população paga por isso, e os vigilantes estão perdendo seus empregos. Portanto, esse é um projeto altamente meritório e que conta com o apoio efetivo desta Casa. Eu tenho certeza de que iremos aprová-lo daqui a pouco em segundo turno e vamos fazer com que o Governador Rodrigo Rollemberg possa sancioná-lo.

O segundo ponto, Sr. Presidente, eu quero abordar um assunto que é uma luta minha permanente: a questão do combate ao cartel dos combustíveis no Distrito Federal. Eu falei há poucos dias, quando apareceu uma suposta redução de preços de combustíveis, que o governo não iria reduzir nada e que os proprietários de postos não iriam reduzir nada. E, realmente, não reduziram. Mas ontem foi autorizado pelo golpista Michel Temer, por meio da Petrobras, o aumento de 8,1% na gasolina e de cerca de 9,5% no óleo diesel. Isso significa que logo, logo, quem

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

sabe já a partir de hoje, quem anda de carro no Distrito Federal – e as pessoas aqui são obrigadas a andar de carro não é porque gostem, mas porque o transporte coletivo continua muito ruim, Deputado Raimundo Ribeiro – vai pagar mais 0,12 por litro de gasolina. Preço da Petrobras, preço do Governo Michel Temer, golpista. No óleo diesel, serão mais 0,17 por litro. Todos nós sabemos que o óleo diesel é altamente inflacionário, porque inflaciona desde o feirante que vende uma galinha, alface, até toda a cadeia de comércio e de serviços no Distrito Federal e no Brasil. Portanto, eu quero protestar contra essa medida da Petrobras, uma medida antipovo, que visa, única e exclusivamente, à lucratividade da Petrobras e não tem nenhuma preocupação social. Mas a gente já sabia que isso ia acontecer quando eles deram o golpe para fazer esse tipo de coisa.

Deputado Chico Leite, eu quero abordar um terceiro aspecto, que é com relação a essa maldita reforma da Previdência. Esse pacote que os golpistas mandaram ontem é uma desgraça para a classe trabalhadora, especialmente para o trabalhador rural. V.Exa. sabe que o trabalhador rural homem hoje se aposenta aos 60 anos de idade, e a mulher aos 55 anos. E trabalhador rural, até então, não tinha necessidade de contribuir. O que eles estão fazendo? A partir de agora, além de terem de contribuir para se aposentar, estão dizendo que o homem rural e a mulher rural vão ter que trabalhar até os 65 anos de idade para poderem se aposentar.

Da maneira como está desenhado esse pacote, quase nenhum trabalhador irá se aposentar com 100% da aposentadoria, porque está dito lá – já foram feitos estudos que compravam – que, para se aposentar, terá que haver, no mínimo, 49 anos de contribuição para a Previdência. Portanto, é uma desgraça que está sendo feita. Realmente é um desastre. Somente um governo golpista, que não tem nenhum compromisso com a sociedade, faz como esse Michel Temer, que parece que veio do quinto dos infernos para atanzar a vida da classe trabalhadora brasileira, especialmente das mulheres, que também terão que se aposentar aos 65 anos de idade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Parabéns, Deputado Chico Vigilante, sempre lutando em prol da geração de emprego, em especial, da classe dos vigilantes.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.215, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às pessoas

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

acompanhadas de criança no colo, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, às pessoas com deficiência e às pessoas com obesidade grave ou mórbida”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tinha feito um apelo ao Deputado Juarezão, Presidente em exercício desta Casa, e ao Colégio de Líderes para que a gente pudesse votar o segundo turno dos projetos que já foram votados em primeiro turno. Em seguida, a gente inicia a votação dos projetos em primeiro turno. S.Exa. havia concordado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Esclareço a V.Exa. Como nós já demos andamento – só são dois itens –, vamos votá-los em primeiro turno. Depois encerramos e começamos a votação de todos em segundo turno.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – E eu peço a V.Exa. também, com o apoio do defensor da segurança pública, Deputado Wellington Luiz, que a gente coloque o projeto dos vigilantes como primeiro item da pauta quando começar a votação em segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu acato a questão de V.Exa. Fica assim estabelecido: vamos votar os dois projetos que estão na pauta em primeiro turno; depois o Deputado Juarezão encerrará a sessão, e começaremos a votação de todos em segundo turno.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, rapidamente, eu perdi a ordem das falas, mas eu quero repudiar e lamentar profundamente o fechamento da creche lá do Hospital de Sobradinho. Há 26 anos essa creche atende a aproximadamente 65 crianças, a maioria filhos de servidores, já tão sofridos, tão massacrados, e que ontem foram surpreendidos sem aviso nenhum. As famílias se sentiram extremamente ultrajadas nos seus direitos porque sequer foram avisadas. Chegaram com as crianças e não puderam nem entrar. Então, quero lamentar, repudiar o fato e pedir que a Secretaria de Saúde reabra aquela creche o mais rápido possível. A gente sequer sabe o porquê disso. As famílias, os servidores sequer sabem por que fecharam a creche. Lamento isso profundamente. Amanhã nós vamos acompanhar o caso. Vamos conversar com esses familiares e procurar a Regional de Saúde lá em Sobradinho para ver o que está acontecendo, para ver se a Câmara pode ajudar. Vamos tentar descobrir algo.

Outra coisa, Sr. Presidente: ontem, quando a sessão se encerrou, nenhum projeto meu ontem havia sido apreciado. Justamente na hora em que um projeto meu seria votado, acabou a sessão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa., a exemplo dos pedidos do Deputado Chico Vigilante, que quer que certo projeto seja votado em primeiro turno, e da Deputada Telma Rufino. Fica incluído o projeto de V.Exa. logo em seguida aos dois itens de pauta do governo. Votaremos os três projetos em primeiro turno. Depois, encerraremos a sessão e votaremos em segundo turno os projetos dos demais Deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.215, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que “aprova a indicação do Sr. Carlos Vinícius Raposo Machado Costa para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., encaminhada pela Mensagem nº 243/16 (PROC Nº 28/2016)”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu participei da oitava. Entretanto, não pude ficar até o encerramento dela e deixei o meu voto. Dei-me por satisfeito. Procurei fazer perguntas até um tanto ou quanto desconfortáveis, mas eu senti muita firmeza, muita responsabilidade na palavra do Dr. Vinícius naquela oitava que o coloca como candidato a Diretor da BRB – Distribuidora. Portanto, meu voto foi favorável e quero pedir apoio à indicação dele para a função descrita em mensagem encaminhada pelo Governador a esta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão. (Pausa.)

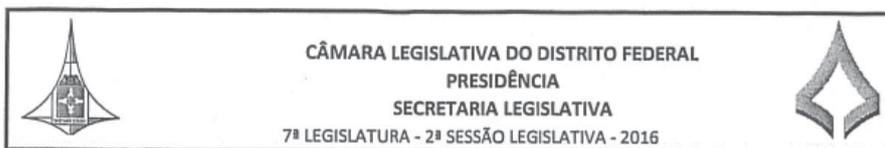
Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o parecer; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA		24

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.
(Procede-se à votação nominal.)



ESPÉCIE: PARECER DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO
E FINANÇAS - PROC 28/2016 (MENSAG. 243/2016) DATA: 06/12/2016
AUTORIA: CEOF
TURNO: TURNO ÚNICO

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PTN				1		
9	JOE VALLE	PDT				1		
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JUAREZÃO	PSB	1					
RESULTADOS			17	0	0	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
17	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças que “aprova a indicação do Sr. Carlos Vinícius Raposo Machado Costa para ocupar o cargo de Diretor-Presidente da BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., encaminhada pela Mensagem nº 243/16 (PROC Nº 28/2016)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente para declaração de voto.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós tivemos a oportunidade de fazer a sabatina na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Sr. Carlos Vinícius e agora nós finalizamos o processo aprovando o nome dele. Então, quero desejar a ele, que se faz presente aqui no nosso plenário, sucesso na gestão e que faça um bom trabalho naquela belíssima instituição que é o BRB. Currículo para isso ele tem. Então, parabeno-o e a toda a instituição do BRB, e desejo-lhe sucesso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento causado pelos itens nºs 1 a 152, relativos aos vetos, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e itens extrapauta. (Pausa.)

Não há manifestação em contrário.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 26

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Só quero acompanhar as colocações do Deputado Rafael Prudente, porque não apenas se resolve um problema, mas coloca-se uma pessoa experiente à frente de uma instituição financeira de enorme responsabilidade e tão cara a todos nós que somos brasilienses de coração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, os próximos itens são os dois convênios de ICMS?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu acatei a solicitação de V.Exa. e dou prioridade aos dois projetos. Depois votaremos, em primeiro turno, os projetos dos Deputados que estão presentes e não tiveram nenhum projeto votado até o presente momento.

Consulto os Líderes se há acordo para votarmos os projetos de decreto legislativo em bloco, pelo processo nominal. (Pausa.) Há acordo.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não tive nenhum projeto de minha autoria votado e eu não sei se esses constam da pauta. Os itens que nós escolhemos foram: item nº 219 e item nº 262. É esse o meu encaminhamento, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato o pedido de V.Exa. Solicito à secretaria da Mesa que inclua um dos itens para que possamos votar hoje, em primeiro turno; e nas sessões seguintes os demais itens, conforme acordo de Líderes.

Votação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 273:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o Convênio de ICMS nº 163/2016”.

Item nº 274:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa o Convênio de ICMS nº 28/2015”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero confirmar o primeiro convênio, porque eu tenho aqui na

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
	Data	Horário Início	Sessão/Reunião	
06 12 2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

minha ementa que é o Convênio 133. Eu entendi outro número. Eu só gostaria de um esclarecimento com relação ao número do convênio do primeiro item.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Wasny de Roure, esclarecendo a questão de ordem de V.Exa., trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2016, que “homologa o Convênio de ICMS nº 28/2015”, e o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2016, que “homologa o Convênio de ICMS nº 163/2016”.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, é 163 ou 133? Porque no papelzinho que o governo distribuiu está 133.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Então, houve um erro de digitação, porque é 163. O processo aqui em todas as folhas consta como 163.

Em discussão. (Pausa.)

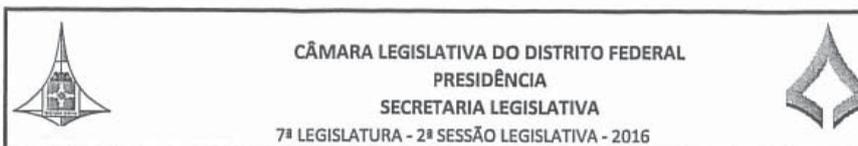
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO NºS 189/2016; 190/2016		DATA: 06/12/2016						
AUTORIA: COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS								
TURNO ÚNICO		REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)						
QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PTN				1		
9	JOE VALLE	PDT				1		
10	JULIO CESAR	PRB				1		
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JUAREZÃO	PSB	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 28

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Estão aprovados os projetos de decreto legislativo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estávamos aqui esclarecendo com a assessoria qual era de fato o número. O número do convênio é 163 porque ele alterou o Convênio nº 133. Então, de fato, o número correto do convênio é 163, porém de 2015, e não de 2008, o de 2008 é o Convênio nº 133.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – V.Exa. tem plena razão. A secretaria da Mesa convalida as informações de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tinha feito uma solicitação a V.Exa. – e V.Exa. acatou – no sentido de votarmos agora em segundo turno os projetos votados em primeiro turno no dia de ontem.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Chico Vigilante, apenas para que não prejudiquemos...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – E eu não vou sair daqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Vamos apenas proceder à votação de três projetos de Deputados para deixar todo mundo em condição de igualdade. Depois votaremos todos os projetos, e o primeiro a ser votado em segundo turno será o de V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Combinado. Obrigado.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 29

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio de ICMS nº 163/2016".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2016, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio de ICMS nº 28/2015".

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não tenho tido projetos votados há um bom tempo. Solicito a inclusão dos projetos de minha autoria constantes nos itens nºs 256 e 261.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Acato a solicitação de V.Exa., esclarecendo, para que não fique muito esticado, que vamos votar os projetos dos Deputados que estão presentes e que não tiveram nenhum projeto aprovado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É o meu caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Nós vamos votá-los em primeiro turno e, se der tempo, em segundo turno, hoje ainda, para que todos os Deputados fiquem em condições de igualdade perante os colegas na quantidade de projetos a serem aprovados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de lembrar que o projeto a que me referi no início da sessão é o do item nº 237 da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Solicito à Mesa que inclua na Ordem do Dia o item nº 237, que é o projeto indicado pelo Deputado Ricardo Vale.

Item nº 258:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "fica proibida a instalação de albergues em perímetro urbano próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. Foram apresentadas quatro emendas de plenário. A Comissão de Segurança, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu ouvi atentamente a leitura do projeto que V.Exa. acabou de chamar. E ele não passou pelas comissões. A minha impressão, com todo o respeito que tenho pela Deputada Telma Rufino e pelos colegas que provavelmente podem ter feito sugestões em idêntica linha, é a de que os projetos deveriam passar pelas comissões para podermos chegar aqui com uma discussão amadurecida. Quero reiterar este pedido a V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO LEITE – Ah, sim. O Deputado Prof. Reginaldo Veras me informa que houve expiração do prazo regimental. Nessas hipóteses acho importante fazer o registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero esclarecer, foi bom V.Exa. fazer a questão de ordem. Ontem, na discussão, esse projeto foi retirado na condição de voltarmos com ele hoje. Inclusive existem emendas, e as comissões devem tomar ciência. A leitura das emendas deve ser feita em plenário. Portanto, eu queria a compreensão dos colegas, porque houve esse acordo. O projeto da Deputada Telma Rufino é esse, vamos submetê-lo ao Plenário, que é soberano.

DEPUTADO CHICO LEITE – Eu só queria, com todo o respeito à adição de V.Exa., fazer esse registro.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Foi importante V.Exa. fazer essa ressalva, porque essas discussões também foram feitas em alguns projetos que não são tão polêmicos assim. Muitas comissões, em alguns momentos, não conseguiram *quorum*. Para que os Deputados não fiquem prejudicados, eu acho que tem que ser lido o projeto, bem como têm que ser lidas as emendas, para que o Plenário tome ciência e vote conscientemente com o parecer de todas as comissões em plenário.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz ontem um apelo à Deputada Telma Rufino, e vou dizer novamente. O objetivo

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06 12 2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

da Deputada Telma Rufino e, creio, é o objetivo da maioria daquela população que mora no Areal, não será alcançado com esse projeto. O projeto não resolve o problema que a Deputada quer resolver, muito pelo contrário. Estou disposto a ajudar a Deputada Telma Rufino na discussão de outro local para aquele albergue em outro ponto da cidade. Do jeito que está escrito, eu não tenho condição de votar.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Deputado Chico Vigilante, já foi feito, mudou. Agora não é só para o Areal, mas para outras cidades, já protegendo outras cidades de não acontecer o que está acontecendo com o Areal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu solicito a leitura das emendas apresentadas e a paciência dos Deputados que estão em plenário. Quatro emendas foram apresentadas, Deputado Chico Vigilante. Vou proceder à leitura das quatro emendas ao Projeto de Lei nº 1.173, de 2016, para que os Deputados tomem ciência das alterações procedidas.

São as seguintes as emendas:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Telma Rufino



EMENDA DE 1º TURNO N. 01 (MODIFICATIVA)
(Das Senhoras Deputadas Telma Rufino e Celina Leão)

Ao PROJETO DE LEI Nº 1.173,
de 2016, que "Fica proibida a
instalação de albergues em
perímetros urbanos próximo a
áreas habitacionais e escolares
do Distrito Federal e dá outras
providências."

Modifique-se o art. 1º do projeto com a seguinte redação:

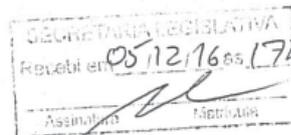
Art. 1º Fica Proibida a instalação de alojamentos de apoio técnico e social – albergues, em perímetros urbanos próximos a áreas habitacionais e escolares.

Parágrafo Único. A distância mínima entre as áreas previstas no *caput* será de dez quilômetros.

Sala das Sessões, em


Deputada **TELMA RUFINO**


Deputada **CELINA LEÃO**





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Telma Rufino



EMENDA DE 1º TURNO N. 02 (MODIFICATIVA)
(Das Senhoras Deputadas Telma Rufino e Celina Leão)

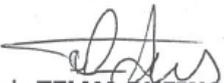
Ao PROJETO DE LEI Nº 1.173, de 2016, que "Fica proibida a instalação de albergues em perímetros urbanos próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências."

Modifique-se a ementa do projeto com a seguinte redação:

Fica proibida a instalação de alojamentos de apoio técnico e social – albergues, próximos a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, em

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recabi em 06/12/16 às 17h	
Assinatura	Matrícula


Deputada **TELMA RUFINO**


Deputada **CELINA LEÃO**


WELLINGTON



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Telma Rufino



SUBEMENDA DE 1º TURNO N. 03 (MODIFICATIVA)
(Das Senhoras Deputadas Telma Rufino e Celina Leão)

À EMENDA nº 01 (MODIFICATIVA) relativa ao PROJETO DE LEI Nº 1.173, de 2016, que "Fica proibida a instalação de albergues em perímetros urbanos próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências."

Modifique-se o art. 1º contido na emenda nº 1 (Modificativa) com a seguinte redação:

Art. 1º Fica Proibida a instalação de alojamentos de apoio técnico e social – albergues, próximos a áreas habitacionais e escolares.

Parágrafo Único. A distância mínima entre as áreas previstas no *caput* será de dez quilômetros.

Sala das Sessões, em

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recabi em	06/14/2017
Assinatura	Matrícula

Deputada **TELMA RUFINO**

Deputada **CELINA LEÃO**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Telma Rufino



EMENDA DE 1º TURNO N. 04 (ADITIVA)
(Das Senhoras Deputadas Telma Rufino e Celina Leão)

Ao PROJETO DE LEI Nº 1.173, de 2016, que "Fica proibida a instalação de albergues em perímetros urbanos próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências."

Inclua-se o § 2º renumerando os demais no art. 1º do projeto com a seguinte redação:

(...)

SECRETARIA LEGISLATIVA	
Recebi em 06/04/2016	
Assinatura	Matrícula

§ 2º O Governo do Distrito Federal promoverá estudos técnicos, urbanísticos e ambientais para a implantação de alojamentos de apoio técnico e social – albergues.

Sala das Sessões, em


Deputada **TELMA RUFINO**


Deputada **CELINA LEÃO**

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – A Presidência designa o Deputado Juarezão para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Juarezão, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Segurança às Emendas Modificativas nºs 1, 2 e 3 e à Emenda Aditiva nº 4 ao Projeto de Lei nº 1.173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, em que “fica proibida a instalação de albergues em perímetro urbano próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do projeto e das emendas nºs 1, 2, 3 e 4.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão o parecer da Comissão de Segurança.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Telma Rufino tem perseguido esse assunto há muito tempo, e eu tenho o maior respeito. Hoje eu já falei a ela da minha estima pelo debate que tem feito no processo de regularização de Arniqueiras. Mas eu, Deputada Telma Rufino, não trataria este tema desta forma. Eu acho que ele é muito delicado e sei que essa é uma unidade historicamente vetora de problemas na própria comunidade. Seu equacionamento é tão sensível quanto a forma como está colocada. Eu vou me abster dessa votação porque não entendo, Sr. Presidente, que a melhor forma para resolver isso seja estabelecer uma quilometragem para localização dessa unidade. Eu acho que o melhor é encontrarmos, dentro da disponibilidade, áreas no Distrito Federal para investirmos em um novo projeto. Eu acho que é muito mais racional do que estabelecer uma distância como um elemento. As pessoas que vão recorrer a essa necessidade terão de estar longe da população. Creio que é altamente discriminatório o projeto de lei. Meu voto, neste momento, ao parecer é pela abstenção, e no projeto darei o meu voto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Antes, porém, informo que a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; a Comissão de Economia, Orçamento e

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 33

Finanças, e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vou fazer uma argumentação de natureza geográfica, geógrafo que sou. O Professor Aldo Paviani, acho que muitos aqui o conhecem, talvez seja o maior conhecedor da questão urbana e da expansão urbana do Distrito Federal, de notório saber, respeitado no Brasil e no mundo. Ele dizia lá atrás que a formação urbana do Distrito Federal se dava de forma polinuclear. Então, nós tínhamos um núcleo central, o Plano Piloto, e ele era polarizado por meio das cidades satélites, para não usar a expressão cidade dormitório. Sempre usamos o eufemismo de satélite. Se pegarmos esse polinucleamento e estabelecermos um raio de 10 km a partir do perímetro urbano de cada cidade satélite, vamos ter círculos concêntricos com pontos de intersecção, pegando quase todo o território do Distrito Federal. É uma análise geográfica. Isso se pegarmos a estrutura espacial das cidades, lá dos anos 80. Mas o processo de distribuição polinucleado não existe mais, tanto que o Professor Aldo Paviani já reviu a sua tese geográfica. O processo de expansão urbana desordenado levou a um acúmulo de conurbações, de conjuntos urbanos agregados. Então, se pegarmos hoje todo o perímetro do Distrito Federal e estabelecermos raios de 10 km, nós ocuparemos toda a área rural do Distrito Federal. O projeto ainda fala que não pode instalar a 10 km de escolas. Aí, gente, não vai ter lugar no Distrito Federal para instalar albergues. É uma análise absolutamente geográfica. Eu não quero nem entrar no mérito da questão.

O Professor Aldo Paviani ainda dizia que, no Distrito Federal, a gente mora não onde a gente quer, mas de acordo com o nosso poder aquisitivo. Traduzindo: especulação imobiliária.

Aí ele estabeleceu a tese da teoria do empurrão, que nós conhecemos bem: quem é pobre vai sendo empurrado para longe. Quanto mais pobre, mais longe do Plano Piloto, de preferência, no Goiás. Na tese do Professor Aldo Paviani, o entorno goiano virou uma bacia de recepção dos socialmente excluídos do Distrito Federal. Eu temo, professor, Deputado Wasny de Roure, meu mestre, que estejamos cometendo algo semelhante contra aqueles que já são extremamente excluídos. Eu entendo toda a problemática que envolve os albergues, mas nós estaremos contribuindo para esse processo de exclusão perpétua e não resolveremos o problema. Então, eu peço sensibilidade em relação a isso. Eu, particularmente, vou orientar a bancada do meu bloco a se abster da votação desse projeto. A ideia é boa, ninguém vai negar que nós temos problemas de segurança e principalmente de assistência social. Neste momento, ele está em debate na Comissão de Segurança, mas eu estou analisando-o não pela questão da segurança e criminalidade, mas pela questão social – e exclusivamente da questão social. Então, eu vou orientar os membros do nosso bloco a se absterem dessa votação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito às controvérsias dos colegas, dos companheiros, eu quero ir exatamente em outra vertente.

Eu volto a dizer: o projeto não é da Deputada Telma Rufino, o projeto é da população de Águas Claras, daquelas redondezas e de outros locais onde querem colocar ou colocaram albergues. Volto a dizer: respeito o entendimento de qualquer um, mas falamos de excluídos como se estivessem excluídas apenas as pessoas menos favorecidas, neste caso, os albergados. E os moradores daquela região? Esses devem ser excluídos? Pergunto isso, porque, neste momento, quem está sendo excluído são eles, pois sequer podem sair de casa em determinados horários porque estão vulneráveis a tanta violência. Isso é fato, é verdade. As estatísticas mostram isso. Então, temos de entender que essas pessoas precisam, sim, de um acolhimento, e ninguém aqui é contrário a isso, mas não se pode afrontar os direitos dos moradores. É mais ou menos igual a essa história de comissão de direitos humanos: o vagabundo pode tudo; os servidores da segurança pública não podem nada. Eu acho que a exclusão – se for para excluir alguém – tem que atingir exatamente aqueles que criam todo tipo de transtorno aos moradores. E não é exclusão, é apenas uma possibilidade de se usar outra localidade para que eles sejam abrigados. Essa localidade não tem que ser, necessariamente, próxima aos moradores que hoje sofrem com tantos transtornos, com tantos incômodos.

Volto a dizer, Deputada, esse projeto não é de V.Exa. Esse projeto é da sociedade. Inclusive, eu me sinto responsável por ele, porque perdi as contas de quantas vezes ouvi de meus eleitores um pedido igual ao que V.Exa. recebeu. Então, nada mais justo do que atendermos a voz do povo. Essa história de que dá para conviver é só teoria. Na prática, a história é outra.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu quero dizer ao Exmo. Deputado Prof. Reginaldo Veras: obrigada pela aula que S.Exa. deu aqui. Foi tudo muito bem colocado, mas eu quero dizer que eu vou logo à prática. Eu vim lá da parte pobre e é para a parte pobre que nós vamos. Desde quando pobre tem vez neste Brasil? Fala. Fala onde está escrito isso. Estão tentando tirar esse albergue de lá. Os direitos humanos são para os humanos. Essa é a frase do Deputado Dr. Michel – e é verdade mesmo. Então, eu vou dizer uma coisa ao senhor e aos Deputados aqui: eu retiro de novo da pauta. Eu não vou desistir

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 35

disso. Sabem por quê? Porque quem anda lá no Areal sou eu e eu sei o que a comunidade está passando lá. Não é brincadeira. E isso não é de agora. V.Exas. são Deputados novos, assim como eu. Não é de agora que nós tentamos mexer nesse albergue. Não sei por que cargas d'água – é desse jeito que falo mesmo ou sei lá o quê. Realmente, o albergue de lá é o caldeirão do inferno. Não é o caldeirão de direitos humanos, não, e nem lugar de ninguém morar! Quantas vezes nós tentamos tirar aquele albergue de lá e não conseguimos? Não precisa tirar não. Vamos voltar de novo aos direitos humanos, porque tem direitos humanos lá, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Leite. O Deputado Chico Vigilante, que me ajuda muito, me chamou ali, o Deputado Ricardo Vale também me chamou ali, esse foi um pedido da comunidade quando nós estivemos lá com o Câmara em Movimento. O pessoal sempre pediu o Câmara em Movimento. Todo mundo agradeceu por vocês estarem lá. Nós somos gratos. Eu continuo morando lá, mas vou dizer uma coisa a vocês: vocês têm de me ajudar a tirar o caldeirão do inferno de lá. É a verdade. Todos os governos passaram por lá e ninguém conseguiu melhorar a segurança, ninguém conseguiu melhorar nada lá. O único jeito de brigar por isso é pedindo realmente o apoio de vocês. Já que vocês têm ideias, têm mestrados, doutorados, me ajudem a elaborar uma lei para que consigamos retirar de lá ou melhorar a situação. Está difícil melhorar aquilo. Estou falando isso para vocês porque estive lá, hoje, de novo. Eu não consigo. O governo não consegue melhorar. Não tem dinheiro para nada! Como é que vai fazer? A população do Areal, gente, tem que brigar mesmo, e eu estou aqui representando a população de lá! Realmente, nessa hora, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o pobre se lasca mesmo! É isso o que eu tenho a falar.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero parabenizar a Deputada Telma por estar retirando esse projeto mais uma vez, até porque eu disse a ela, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar e como Deputado que acompanhou e conhece o problema de lá, que não estou dizendo que aquele albergue tem que sair de lá, acho que ele tem que sair e tem que ir para uma outra área. Então, a ideia é construirmos um texto juntos. Eu me proponho a ajudar tanto a Deputada Telma como os demais Deputados aqui. Que construamos um texto em que o Governo do Distrito Federal defina áreas nessas cidades para a construção de albergues. Eu concordo que não tem que ser ao lado de uma escola. Não tem que ser ao lado de uma escola e muito menos em uma área residencial populosa, mas tem que ser dentro da cidade. Não podemos pegar o albergue e jogar lá para a periferia, jogar para outra cidade, jogar para longe.

Portanto, dá para construir um texto em que o governo defina áreas, como as ADEs – Áreas de Desenvolvimento Econômico, como o setor de oficina, como o

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 36

setor de igreja, por exemplo. Por que a gente não define uma área para albergues? É isso que eu quero sugerir. Acho que dá para construirmos um texto e aprová-lo aqui de forma tranquila. O governo se responsabiliza por disponibilizar áreas dentro das próprias cidades que não sejam áreas ao lado das escolas, como o albergue de lá, que fica ao lado de uma comunidade. De qualquer forma, sou contrário à retirada do albergue da cidade para jogá-lo não se sabe onde.

Parabenizo V.Exa. e me coloco à disposição para ajudar a construir esse texto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prestei atenção às palavras da Deputada Telma e quero dizer que senti nela veracidade quando falou do sentimento da população.

Deputada Telma, queria que V.Exa. olhasse um pouquinho para mim. Sei que não sou essa *Brastemp*, mas...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – O que separa o Deputado Wasny da perfeição é a modéstia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputada Telma, só queria recuperar que aquela unidade da Secretaria chegou bem antes da grande maioria da população. É claro que, quando ela surgiu, Brasília era totalmente diferente. Ela tentou contemporizar o Plano Piloto e Taguatinga. Eu acredito, Deputada, e queria me colocar à disposição de V.Exa. Eu quero ajudar a encontrarmos uma solução. Eu acho que uma das grandes soluções que o ex-Governador Agnelo trouxe para Brasília foi a solução do Cajé. A solução do Cajé passou por vários governantes. Aqui, eu quero resgatar o trabalho que a Deputada Rejane Pitanga fez como secretária: desconstituiu o Cajé e implantou outras unidades atualizadas na sua maneira de atender à população. Aquela unidade, além disso, está extremamente defasada da natureza que deve ter uma instituição como aquela.

Deputada Telma Rufino, a política de albergue hoje é uma política amplamente debatida. O Governador Rodrigo Rollemberg era Deputado quando propôs o albergue da juventude aqui, foi ideia dele trazer para bem perto do Buriti. Ou os colegas esqueceram? Eu não esqueci porque eu era Deputado a época.

Eu quero me colocar à disposição para fazermos essa discussão e encontrarmos uma solução respeitosa para todos, para os usuários como também para os moradores daquela comunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero pedir a compreensão dos nobres colegas, porque nós temos de votar os projetos. Com o tempo de discussão, temos sido bastante flexíveis, mas o tempo de discussão dos projetos é

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 37

de dois minutos e meio em caráter de urgência; numa votação dessa, é de cinco minutos. Temos de evitar voltar a falar mais de uma vez, sob pena de nos estendermos demais na apreciação.

Eu pergunto à Deputada Telma Rufino se vai continuar com o projeto em votação ou se vai retirá-lo. Qual é a decisão de V.Exa.? (Pausa.)

Eu quero esclarecer ao colegiado que cada Deputado escolheu dois projetos para votar, e nós estamos respeitando isso. Agora, o Plenário é soberano para rejeitar ou aprovar o projeto. Mas a Deputada Telma Rufino é quem tem o poder de decidir se vai continuar com o projeto ou se vai retirá-lo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, regimentalmente V.Exa. já falou, mas, mesmo assim, vou concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço a V.Exa.

Sr. Presidente, Deputada Telma Rufino, eu vou pegar aqui como referência... Agora há pouco falaram que o ex-Governador Agnelo acabou apresentando uma solução para o Cajé. Olhem como foi uma solução acertada. Até a nossa Presidente, Deputada Celina Leão, balançou a cabeça positivamente. Olha, é Celina concordando com Agnelo. Isso é inédito, revolucionário, extraordinário.

Então, é possível, sim, Deputada Telma Rufino, apresentarmos solução semelhante. Aí, eu assumo um compromisso com a Deputada Telma Rufino, assim como assumi com o Deputado Juarezão. Eu assumi o compromisso de, no dia em que o projeto do Balneário de Brazlândia estiver pronto, mandar uma emenda para ajudar o Deputado Juarezão na execução daquele projeto. Palavra firmada. Assumo o mesmo compromisso com a Deputada Telma Rufino se nós encontrarmos uma área e tivermos o projeto para transferir o albergue, contanto que não seja para o fim do mundo, senão não vamos fazer inserção social desses que tanto precisamos. Assumo esse compromisso com V.Exa., Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço um apelo aos demais colegas Parlamentares para apreciarmos esse projeto hoje, Deputada Telma Rufino. É um projeto importante. Não é só problema de Arniqueira que está envolvido aqui. Nós temos alguns equipamentos públicos que foram construídos e não estão sendo utilizados, que gastaram recursos públicos para serem construídos, como, por exemplo, a estrutura do albergue de Ceilândia, entre as QNQ e as QNR. Também, nós temos uma estrutura já construída

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 38

em São Sebastião que não está sendo utilizada porque a população se mobilizou para não deixar serem implantados os albergues. Então, seria uma oportunidade, assim que esta lei for votada e aprovada aqui, Deputada Telma Rufino, de o governo dar uma destinação melhor e mais eficiente para aquelas estruturas que já foram construídas e já têm um valor apurado pelo Governo do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu quero esclarecer aos nobres colegas que nós ainda temos a votação de projetos do Deputado Chico Leite, do Deputado Ricardo Vale, do Deputado Wasny de Roure, da Deputada Celina Leão, do Deputado Rafael Prudente e do Deputado Wellington Luiz, que são Deputados que não tiveram nenhum projeto votado. Precisamos votar os projetos desses Deputados em primeiro turno.

Então, eu queria encerrar essa discussão com a Deputada Telma Rufino para saber se vamos continuar a apreciação do projeto ou não.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa. Em seguida, concederei a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta discussão, que se iniciou ontem aqui de uma forma mais acalorada, me fez lembrar um episódio que aconteceu no ano passado, Deputado Chico Leite, aqui no Plano Piloto, na 705. A secretaria de não sei o quê do governo – porque o governo muda toda hora – alugou uma casa para colocar dependentes químicos. Inobstante o fato de todas as pessoas quererem ajudar na recuperação de dependentes químicos, nenhuma delas os queria na sua vizinhança, nenhuma delas queria que as pessoas que estão num processo de recuperação permanecessem ali 24 horas por dia. Isso é natural, pessoal. Quem é que quer morar... Vejam que aqui foi lembrado que o ex-Governador Agnelo Queiroz, por intermédio do trabalho da ex-secretária Rejane Pitanga, conseguiu fazer a transferência do Caje, porque ali não é lugar para ficar guardando menor infrator. Como também, independentemente de o albergue ter chegado antes ou depois da população, o Areal não é lugar para ter albergue. Então, eu não estou conseguindo ver a dificuldade de aprovarmos esse projeto até por unanimidade. Sabe por quê, pessoal? Se ficarmos esperando, governo nenhum faz. E esse, que é lerdo, aí é que não faz mesmo.

Então, eu não vejo, sinceramente, por que nós teríamos essa dificuldade. Nós podemos aprovar o projeto de lei e, a partir daí, a Deputada Telma Rufino vai cobrar do governo o cumprimento da lei. É claro que todos nós estamos sensibilizados, mas as pessoas estão esquecendo de que quem tem raiz na cidade são os moradores, não são os albergados, que são hóspedes. O albergado passa lá um tempo. Ele é aquele sujeito que veio do Piauí, não conseguiu emprego e não tem onde ficar; é aquele que veio do Maranhão, enfim, esse tipo de coisa.

Então, eu quero antecipar que o meu voto é favorável ao projeto.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 39

Obrigado, Deputado Agaciel Maia.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu queria, para que não venhamos a perder muito tempo, Deputada Telma Rufino, saber se V.Exa. vai continuar com o projeto.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Eu vou continuar sim. Vocês me ajudam depois. O ex-Governador Agnelo tirou o Cajé, mas o albergue, eu venho pedindo desde o ex-Governador Roriz, e não o tiraram. Então, vocês têm que me ajudar. Senão como é que fica?

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Segurança.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou repetir o que eu disse para a Deputada Telma Rufino: esse projeto não resolve o problema do albergue lá do Areal. Ele não resolve. Ele não resolve porque a lei não retroage para prejudicar. Portanto, o que se tem que discutir é daqui para frente, onde se darão as construções. Agora, o que está construído continua construído. A Deputada Telma Rufino tem a maior vontade, e eu quero ajudá-la no sentido de tirar o albergue. Agora o meu temor é que se aprove uma lei que não vá resultar em absolutamente nada e a própria população vai... Nós vamos cair no descrédito ao fazermos uma lei que não vale, porque a lei não autoriza a retirada daquele albergue.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Eu agradeço. Apenas peço aos colegas para não se repetirem na discussão, porque ainda estamos na discussão do parecer da Comissão de Segurança.

Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Deputado Cristiano Araújo. Você é um *gentleman*. O candidato tem meu voto.

Sr. Presidente, a argumentação do Deputado Chico Vigilante de que a lei não retroage para essa aplicação... Isso é só na lei penal. Quem conhece sobre leis sabe que a lei penal não retroage, a não ser para beneficiar o réu. No caso cível, isso não acontece. Então, não tem essa colocação. O que pode ser feito, e aí eu acho... Eu estou certa. Na esfera cível, não existe isso. Então, esse é um argumento... Se formos partir de um argumento que não é válido, vamos chegar a um entendimento que não é válido. Acho que talvez a colocação do Deputado Chico Vigilante deveria ser a seguinte: será que a lei atinge os albergues que já estão construídos, se eles

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	

serão removidos? A gente entende que sim porque, no escopo da lei, é falado que fica proibido e os albergues que estão naqueles locais têm que ser removidos.

Então, essa questão, Deputada Telma Rufino, de que a lei não atinge não existe. Isso é só na lei penal, e não é o caso.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Também quero me reportar a V.Exa., Deputada Telma Rufino. Acho que, independentemente da legalidade da lei – acho que ela é legal –, vem muito da essência da lei. E, na essência da lei, nós, que conhecemos o Areal, sabemos da dificuldade que aquela comunidade tem em aceitar a questão do albergue. Sem dúvida nenhuma, naquela região, a principal bandeira é o albergue, e acho que V.Exa. traduz, com esse projeto, o sentimento daquela comunidade. Acho que aquele albergue poderia ser transformado em uma creche ou em alguma escola de ensino integral. A comunidade lá ficaria muito mais satisfeita.

Então, quero consignar aqui o meu apoio a V.Exa. Entendo o espírito da sua lei, entendo a essência da sua lei e não teria como votar contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 10 votos favoráveis e 7 abstenções.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar às Emendas Modificativas nºs 1, 2 e 3 e à Emenda Aditiva nº 4 ao Projeto de Lei nº 1.173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, em que “fica proibida a instalação de albergues em perímetro urbano próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências”.

O nosso parecer é favorável ao projeto, no âmbito desta comissão, bem como às Emendas nºs 1, 2, 3 e 4.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 41

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 10 votos favoráveis e 8 abstenções.

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero saber se já estamos fazendo um ensaio da próxima legislatura, porque o Presidente está ali atrás, sentado, e não assume a Presidência! Estou brincando com ele e perguntando se ele vai assumir o plenário aqui, cinco minutos, e se todos os candidatos à Presidência vão ter pelo menos a oportunidade de comandar o plenário, para vermos como vai ser no ano que vem.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu já estou aqui treinando.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu quero sentir a presidência de V.Exa. e de todos os candidatos. Está todo mundo muito indeciso, entendeu?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu já estou aqui na bica.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Então, a gente... Eu quero primeiro parabenizar V.Exa., que conduziu com maestria. Depois quero ver os outros candidatos também, para saber se isso já é um ensaio.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Se eu for Presidente, vai ter lanche...

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – O Deputado Wellington Luiz está muito à direita.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Deputado Wellington Luiz e Deputado Joe Valle, por favor, fiquem aqui atrás da mesa, na fila, porque ainda teremos muitas votações. Só foi acertado com o Deputado Juarezão que é só o projeto da Deputada Telma Rufino. Em seguida, espero que os presidenciáveis possam fazer fila aqui atrás dessa cadeira, porque vamos ter muito tempo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu, eleito, vou oferecer lanche para os servidores e para os Deputados.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Com a palavra o Deputado Rafael Prudente, para emitir parecer.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às Emendas Modificativas nºs 1, 2 e 3 e à Emenda Aditiva nº 4 ao Projeto de Lei nº 1.173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, em que “fica proibida a instalação de albergues em perímetro urbano próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências”.

O nosso parecer é pela admissibilidade, com a aprovação também das quatro emendas de plenário.

Esse é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 8 abstenções.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça às Emendas Modificativas nºs 1, 2 e 3 e à Emenda Aditiva nº 4 ao Projeto de Lei nº 1.173, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, em que “fica proibida a instalação de albergues em perímetro urbano próximo a áreas habitacionais e escolares do Distrito Federal e dá outras providências”.

Houve a apresentação de emenda de primeiro turno modificativa, das Sras. Deputadas Telma Rufino e Celina Leão; Emenda de primeiro turno nº 2, também das mesmas autoras, só que de natureza modificativa; Subemenda nº 3, também modificativa, das mesmas lindas Deputadas; e mais a Emenda Aditiva nº 4, das mesmas Deputadas. Ao se confrontar o projeto e suas respectivas emendas com as atribuições desta Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que inexistente qualquer óbice para o seu prosseguimento, razão pela qual somos pela admissibilidade ao seu prosseguimento.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 43

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 8 abstenções.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Pessoal, essa votação foi só pela Comissão de Constituição e Justiça, só pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO AGACIEL MAIA) – Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.173, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados. Houve 10 votos favoráveis e 8 abstenções.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Juarezão.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 193:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 34, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “dispõe sobre a divulgação nos bares, boates e estabelecimentos similares situados no Distrito Federal da proibição de cobrança de consumação mínima”.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Agaciel Maia, quero falar que V.Exa. passou no estágio probatório. Agora ou depois queremos ouvir os outros presidenciáveis. V.Exa. passou na prova prática.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 44

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 194:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 566, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que "inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o encontro nacional de motos do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN/DF)".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 214:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 245, de 2011, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "institui o Dia do Jovem Empreendedor no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 226:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 581, de 2015, de autoria do Deputado Joe Valle, que "inclui no Calendário Oficial do Distrito Federal o evento denominado Passeio Ciclístico Anual da Roda da Paz".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 45

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 227:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 314, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "institui e inclui o dia 9 de julho como data oficial e comemorativa do futevôlei no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 233:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 287, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a Lei nº 4.949, de 2012, que 'estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal', para inserir a visão monocular como deficiência".

Aprovado parecer favorável da CAS. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 287, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a Lei nº 4.949, de 2012, que 'estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal', para inserir a visão monocular como deficiência".

Sr. Presidente, o projeto de lei apenas faz um aperfeiçoamento à lei anteriormente votada nesta Casa. É um avanço na legislação que ocorreu.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 46

O nosso parecer, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, é favorável ao referido projeto de lei, podendo esta ser perfeitamente adaptada sem maiores dificuldades.

Esse é o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 287, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a Lei nº 4.949, de 2012, que 'estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal', para inserir a visão monocular como deficiência".

Sr. Presidente, V.Exa. me designou para fazer uma análise superficial aqui. Na verdade, o projeto só acrescenta um dispositivo. Então, ele trabalha sobre um projeto que já houve – hoje é lei –, de iniciativa do Poder Executivo, e estabelece normas para ingresso no serviço público, de maneira que, como regulamenta matéria já disposta em lei, é perfeitamente admissível.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 287, de 2015. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA		47

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 237:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.158, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui a Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar deverão se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 1.158, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui a Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Eu sou favorável à aprovação do projeto no âmbito desta comissão, com o substitutivo apresentado pela Deputada Telma Rufino.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre o projeto e o substitutivo.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.158, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui a Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta comissão, somos pela aprovação do referido parecer na forma do substitutivo apresentado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.158, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui a Campanha Permanente de Combate ao Machismo e Valorização das Mulheres no âmbito da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras providências”.

Há um substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, que dá exatamente a conformação, porque não estabelece nenhuma obrigação ao Poder Executivo, de maneira que, relatando o Projeto de Lei nº 1.158, de 2016, não vejo qualquer óbice à sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.158, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 241:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 671, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "institui a semana de conscientização, combate e prevenção à meningite no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

A Comissão de Educação, Saúde e Cultura deverá se manifestar sobre a Emenda nº 1 da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e a Emenda nº 1.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a Emenda nº 1.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria. (Pausa.)

Item nº 244:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 103, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências".

Aprovado parecer favorável da Comissão de Segurança. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Chico Leite para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 50

(Pausa.)

(Intervenções fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 103, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “dispõe sobre a destinação de veículos automotores terrestres em fim de vida útil e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação da referida matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 103, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quantos projetos ainda votaremos em primeiro turno para podermos entrar no segundo turno com *quorum*? O meu temor é que caia o *quorum* e a gente não vote o segundo turno hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Chico Vigilante, temos quarenta projetos para votar.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, estou falando agora, hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – V.Exa. se refere aos projetos dos Deputados que estão ainda em plenário?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim.

Sr. Presidente, eu solicitei no Colégio de Líderes que a gente votasse hoje os que já tinham sido votados em segundo turno, e entrasse em primeiro turno. O *quorum* vai cair e nós não vamos aprovar os projetos de segundo turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Faltam três projetos, Deputado Chico Vigilante.

Item nº 241:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 671, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “institui a semana de conscientização, combate e prevenção à meningite no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

A Presidência designa o Deputado Prof. Reginaldo Veras para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à Emenda Modificativa nº 1 da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Na verdade, ela só faz uma adaptação de texto.

No âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, não havendo nenhum óbice, votamos pela admissibilidade do projeto com a referida emenda.

Sr. Presidente, acho que não temos *quorum* para dar continuidade. Favor verificar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Temos.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		Sessão/Reunião
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a Emenda nº 1.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 671, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que “institui a semana de conscientização, combate e prevenção à meningite no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela aprovação da referida matéria com a emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 671, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero saber onde está o décimo terceiro Deputado. É isso, só estou vendo aqui doze.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Deputado Cristiano Araújo, Deputado Raimundo Ribeiro...

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim, mas têm de estar em plenário, Sr. Presidente, para depois não dizerem...

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Item nº 250:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 994, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a proibição de o Banco

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 53

Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos nas linhas de crédito ao servidor público do Distrito Federal, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços e dá outras providências”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Defesa do Consumidor, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Vigilante, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, designo o Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Defesa do Consumidor sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa do Consumidor ao Projeto de Lei nº 994, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a proibição de o Banco Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos nas linhas de crédito ao servidor público do Distrito Federal, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços e dá outras providências”.

Ao se cotejar as obrigações desta Comissão de Defesa do Consumidor com os termos do projeto em análise, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices, razão pela qual somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 994, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a proibição de o Banco Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos nas linhas de crédito ao servidor público

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 54

do Distrito Federal, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços e dá outras providências”.

Nos termos do art. 64, II, *b*, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, que diz respeito à competência da CEOF, o processo se encontra devidamente instruído. Portanto, sou pela admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 994, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “dispõe sobre a proibição de o Banco Regional de Brasília – BRB condicionar a concessão de financiamentos nas linhas de crédito ao servidor público do Distrito Federal, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços e dá outras providências”.

Cotejando-se os termos do projeto com os aspectos a serem analisados por esta Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices que possam inviabilizar o projeto, razão pela qual somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 994, de 2016. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	55	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 251:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.216, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, em que “fica denominado Avenida São Francisco o logradouro público que especifica”.

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais. A Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.216, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, em que “fica denominado Avenida São Francisco o logradouro público que especifica”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da referida matéria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.216, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	56	

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 256:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 592, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "institui o Dia da Rádio Comunitária, a ser comemorado anualmente em 25 de agosto".

Aprovado o parecer favorável da CESC. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 592, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "institui o Dia da Rádio Comunitária, a ser comemorado anualmente em 25 de agosto".

Sr. Presidente, ao analisar o projeto em exame, e cotejando com as atribuições desta Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices ao seu prosseguimento, razão pela qual somos pela sua admissibilidade, louvando sempre o Deputado Wasny de Roure, autor da proposição.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 592, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão extrapauta do Requerimento nº 2.228, de 2016, na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 2.228, de 2016, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "requer a realização de audiência pública para debater a regularização do Setor de Chácaras do Núcleo Bandeirante, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – RA VIII".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a leitura de um projeto que acabei de dar entrada, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Item nº 177:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.120, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a contratação de vigilância armada 24 horas nas agências bancárias públicas e privadas e nas cooperativas de crédito do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data	Horário Início		Sessão/Reunião
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Também quero agradecer aos quatorze Deputados que votaram agora o projeto em segundo turno. A aprovação desse projeto é fundamental para a segurança bancária e para gerar emprego.

Parabenizo os companheiros vigilantes e uma vigilante, que ficaram nas galerias até agora esperando esse resultado.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.120, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a contratação de vigilância armada 24 horas nas agências bancárias públicas e privadas e nas cooperativas de crédito do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 190:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 185, de 2015, de autoria do Deputado Julio Cesar, que "altera a Lei nº 4.902, de 21 de agosto de 2012, que 'dispõe sobre a divulgação do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, o Disque 100, em estabelecimentos públicos no âmbito do Distrito Federal'".

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 59

Item nº 182:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 193, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “dispõe sobre a suspensão do fornecimento de água potável à população do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos colocar os projetos em votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do entendimento inicial, nós votaríamos um projeto em primeiro turno de cada Deputado, porque alguns Deputados já tinham sido contemplados com um projeto. Então, votaríamos os projetos dos que estão presentes hoje, em primeiro turno. Dessa forma iguala todo mundo e começaríamos a votação dos projetos em segundo turno, para que todo mundo saia daqui do mesmo tamanho.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Vamos seguir a ordem e colocar em votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, vamos votar, pois está ficando tarde. Ainda há quantos projetos em primeiro turno para serem votados?

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Qual é o número do item solicitado pelo Deputado Wasny? É o item nº 261?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Vamos seguir a sequência da votação em primeiro turno e começar o segundo turno na mesma sequência, Presidente. O primeiro a ser votado em primeiro turno vai ser o primeiro a ser votado em segundo, e assim sucessivamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Deputado Wasny de Roure solicitou a apreciação do item nº 261. Depois da votação desse projeto, passaremos à votação em segundo turno.

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016		15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Item nº 261:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 844, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a implantação de campanha de incentivo à utilização de métodos naturais de combate à dengue”.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 844, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a implantação de campanha de incentivo à utilização de métodos naturais de combate à dengue”.

No âmbito desta comissão, não foi observado nenhum óbice à tramitação meritória do projeto. Portanto, encaminhamos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 844, de 2016, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “dispõe sobre a implantação de campanha de incentivo à utilização de métodos naturais de combate à dengue”.

Ao se cotejar o projeto com as obrigações, com aquilo que é afeto a esta CCJ, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices ao seu prosseguimento, razão pela qual votamos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS
		Data	Horário Início	
06 12 2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	61	

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 844, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 249:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 759, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "estabelece garantias aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal nos casos de atraso da remuneração e dá outras providências".

Aprovado o parecer favorável da CAS. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 759, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "estabelece garantias aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal nos casos de atraso da remuneração e dá outras providências".

Eu tenho a honra de ser Relator deste projeto na CEOF.

O Deputado Wellington Luiz apresenta uma propositura de natureza financeira no sistema bancário do Distrito Federal que imputa ao Governo do Distrito Federal, pelo não pagamento na data prevista, a devida correção pelos valores da taxa do cheque especial.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nada a opor a propositura do nobre Deputado. O nosso parecer é favorável.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
		Data 06 12 2016	Horário Início 15h30	Sessão/Reunião 108ª SESSÃO ORDINÁRIA	Página 62

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A Presidência designa o Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 759, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “estabelece garantias aos servidores da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal nos casos de atraso da remuneração e dá outras providências”.

O projeto vem iluminado por ter sido redigido pelo Deputado Wellington Luiz.

Ao se cotejar os termos do projeto com aquelas atribuições que são inerentes a esta comissão, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices que possam obstar seu prosseguimento, razão pela qual somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 759, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando as Sras. e os Srs. Deputados para sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta, para

		CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
06	12	2016	15h30	108ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				63	

discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.215, de 2016, bem como dos demais itens da sessão ordinária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h56min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 28ª
(VIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 6 DE DEZEMBRO DE 2016**

SÚMULA**PRESIDÊNCIA:** Deputado Juarezão**SECRETARIA:** Deputada Telma Rufino**LOCAL:** Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal**INÍCIO:** 18 horas e 56 minutos**TÉRMINO:** 19 horas e 53 minutos

L I D O
Em. 16/12/16
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Juarezão):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 ORDEM DO DIA

ITEM 1: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.215, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.027, de 16 de outubro de 2007, que dispõe sobre a prioridade de atendimento às gestantes, às pessoas acompanhadas de crianças de colo, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta anos, às pessoas com deficiência e às pessoas com obesidade grave ou mórbida".

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

ITEM 2: Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 270, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a disponibilização de equipamentos adaptados para o atendimento de obesos mórbidos graves nos hospitais, unidades médicas de atendimento emergencial e laboratórios, públicos e privados, no âmbito do Distrito Federal".

ATA SUCINTA DA 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 6 DE DEZEMBRO DE 2016

Revisora: _____ Supervisora: _____ Chefe do Setor: *[Assinatura]* (L/A/SR/ToF)